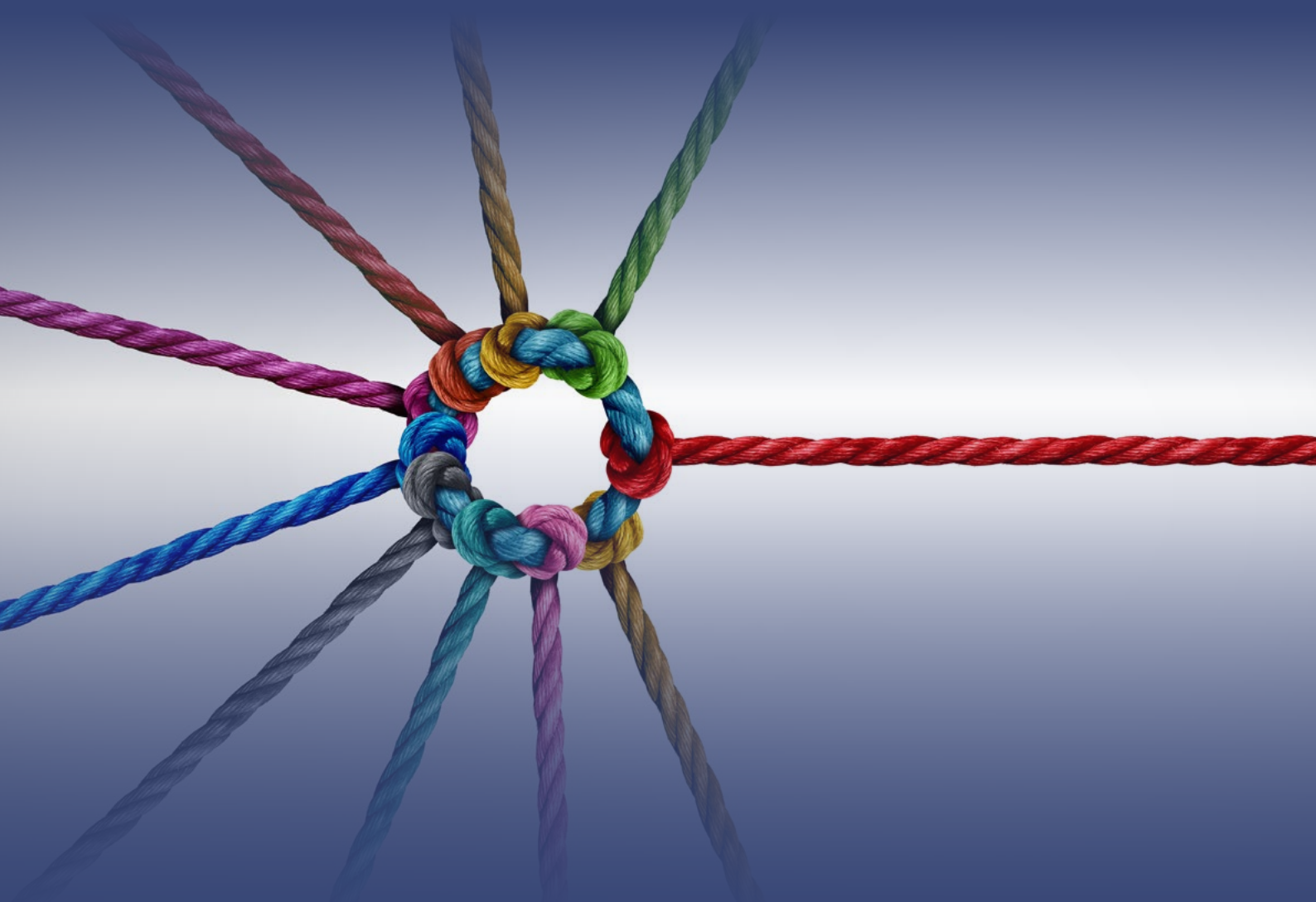




Queen Mary  
University of London  
Global Policy Institute



# Migração, pandemia e resposta do terceiro setor: lições do Brasil e da Índia

Autores: Parvati Nair, Marcia Vera Espinoza, Gisela P. Zapata, Smita Tiwary, Flavia R. Castro, Arsala Nizami, Nuni Jorgensen, Abhishek Yadav, Ekta Oza, Feroz Khan, Rakesh Ranjan, Benedetta Zocchi, Suyash Barve e Maria Barraco.

[qmul.ac.uk/gpi](http://qmul.ac.uk/gpi)

---

# Índice

Este estudo trata dos resultados do projeto “**Migração, pandemia e resposta do terceiro setor: lições do Brasil e da Índia**” realizado pela Research England QR Strategic Research Priorities Fund do QMUL Global Policy Institute.

O projeto foi liderado e conduzido pelos pesquisadores da Queen Mary University of London (Queen Mary, UK), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, Brasil) e Global Research Forum on Diaspora and Transnationalism (GRFDT, Índia).

#### Autores e equipe de pesquisa

Professor Parvati Nair, Coinvestigadora Principal do Projeto, Queen Mary  
Dra. Marcia Vera Espinoza, Coinvestigadora Principal do Projeto, Queen Mary  
Dra. Gisela P. Zapata, Coinvestigadora do Projeto, UFMG  
Dra. Smita Tiwary, Coinvestigadora do Projeto, GRFDT  
Dra. Flavia R. Castro, Pesquisadora Associada, UFMG  
Dra. Arsala Nizami, Pesquisadora Associada, GRFDT  
Nuni Jorgensen, Pesquisadora Assistente, Queen Mary  
Abhishek Yadav, Pesquisador Associado, GRFDT  
Ekta Oza, Pesquisadora Associada, Queen Mary  
Dr. Feroz Khan, Pesquisador, GRFDT  
Dr. Rakesh Ranjan, Pesquisador, GRFDT  
Benedetta Zocchi, Pesquisador Assistente, Queen Mary  
Suyash Barve, Pesquisador Associado GPI, Queen Mary  
Maria Barraco, Pesquisadora Associada GPI, Queen Mary

Conselho Consultivo: Cyntia Sampaio, Prof. Kavita Datta, Prof. Binod Khadria e Dr. Didar Singh

Esta publicação pode ser baixada no site <https://www.qmul.ac.uk/gpi/projects/migpanbrin/>

Este estudo foi disponibilizado de acordo com os termos da licença do Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0.

Citação necessária: Nair, P., Vera Espinoza, M., Zapata, G.P., Tiwary, S., Castro F.R., Nizami, A., Jorgensen, N., Yadav, A., Oza, E., Khan, F., Ranjan, R., Zocchi, B., Barve, S. e Barraco, M. (2021) Migração, pandemia e resposta do terceiro setor: lições do Brasil e da Índia. QMUL: Londres.



<b>Resumo Executivo</b>	<b>4</b>
<b>1. Introdução</b>	<b>5</b>
<b>2. Contexto</b>	<b>6</b>
2.2. Brasil	
2.3. Índia	
<b>3. Metodologia</b>	<b>12</b>
<b>4. Sociedade civil e migração no Brasil e na Índia</b>	<b>13</b>
4.1 Uma breve história da sociedade civil no Brasil	
4.2 Uma breve história da sociedade civil na Índia	
<b>5. Discussão dos resultados</b>	<b>22</b>
5.1 Resultados do Brasil	
5.1.1 Desafios enfrentados pelos migrantes durante a pandemia	
5.1.2 Papel das organizações de sociedade civil: lições e boas práticas	
5.1.3 Recomendações para políticas públicas	
5.2. Resultados da Índia	
5.2.1 Desafios enfrentados pelos migrantes durante a pandemia	
5.2.2 Papel das organizações de sociedade civil: lições e boas práticas	
5.2.3 Recomendações para políticas públicas	
<b>6. Conclusões</b>	<b>42</b>
<b>Anexos</b>	<b>43</b>
<b>Referências</b>	<b>45</b>



# Resumo Executivo

Este estudo fornece uma revisão completa e análise inter-regional do papel de Organizações de Sociedade Civil (OSCs), incluindo ONGs, organizações religiosas e organizações de migrantes, na assistência a migrantes e refugiados no Brasil e na Índia durante o contexto da pandemia de COVID-19.

Por meio de entrevistas semiestruturadas com representantes de cinquenta e duas OSCs nos dois países, identificamos os desafios e as boas práticas que surgiram durante este período de crise entre março de 2020 e fevereiro de 2021. Com foco nos agentes que trabalham na linha de frente, o estudo oferece informações sobre o contexto, as necessidades e os riscos no local para populações migrantes, identifica formas de assistência disponíveis para as OSCs e os meios pelos quais os governos podem auxiliar o trabalho humanitário das OSCs para promover segurança, solidariedade, integração e coesão social em longo prazo.

## Principais resultados:

- A COVID-19 impactou consideravelmente os migrantes internos e internacionais no Brasil e na Índia. Os efeitos do fechamento de fronteiras (no Brasil) e restrições de mobilidade internas (na Índia), assim como várias medidas de mitigação nos dois países, levaram a um declínio acentuado no bem-estar e no padrão de vida dos migrantes.
- Migrantes e refugiados desenvolveram, de forma individual e coletiva, estratégias e ações para responder à pandemia.
- As OSCs responderam rapidamente aos novos desafios, assumindo novas atividades para cobrir as necessidades básicas e fornecer assistência emergencial.
- A pandemia levou a um aumento na digitalização e tecnologia do trabalho das OSCs e incentivou os modos de trabalho híbrido. Em alguns casos, a digitalização de serviços expandiu seu alcance geográfico, enquanto, em outros, diminuiu sua capacidade de atuação devido à falta de equipamentos e conhecimento sobre novas tecnologias.
- As OSCs aumentaram a colaboração entre si e também com Organizações Internacionais, alguns governos locais e agentes privados. No entanto, nem todas as parcerias tornaram-se fontes adicionais de financiamento.

## Principais recomendações:

- Aumentar a coerência entre políticas e sua implementação prática. Dessa forma, é possível fazer face a lacunas na governança local e nacional que limitam a integração dos migrantes.
- Expandir e criar espaços para interação entre o estado e as OSCs, no nível local e nacional, assim como fortalecer os espaços existentes.
- Aumentar a representação do migrante e participação na tomada de decisão.
- Promover regularização de migrantes. No caso do Brasil, a solicitação é para regularizar todos os migrantes e garantir o acesso à proteção social dada pelo Estado e facilitar a integração. No caso da Índia, as OSCs exigem que o trabalho informal seja regularizado ou documentado para proteger trabalhadores migrantes.
- Reconhecer também a profundidade e o alcance do conhecimento e da experiência das OSCs para envolvê-las como parceiras, junto com o governo, outros agentes não governamentais e o setor privado, no planejamento estratégico para auxiliar migrantes e refugiados.

# Introdução

A pandemia de COVID-19 é uma prova da natureza intensamente móvel e interconectada do mundo em que vivemos (Guadagno, 2020). Ela se espalhou por continentes em que vários grupos de pessoas em movimento já apresentavam, há muito tempo, graves vulnerabilidades (UNHCR 2017; IOM 2019).

O agravamento das fragilidades dos migrantes e a variação da qualidade das respostas regionais, nacionais e locais também afetaram profundamente as formas nas quais a pandemia se desdobrou nos países (Banco Mundial, 2020). No Brasil e na Índia, duas potências regionais emergentes que já sofriam com altos níveis de desigualdade estrutural (Couto Soares e Scerri, 2014), muitos grupos de migrantes ficaram especialmente em risco durante a pandemia. Nos dois países, os governos nacionais e locais não conseguiram atender totalmente as necessidades dos grupos vulneráveis, havendo sérias lacunas nas políticas e/ou na sua implementação (Lotta et al. 2020; Sircar, 2020). Em ambos os países, a rápida resposta da sociedade civil proporcionou a muitos migrantes uma importante fonte de ajuda (Vera Espinoza et al. a ser publicado; Bengochea et al., 2021; Ramachandran, 2020).

Este estudo traz uma análise inter-regional do papel da sociedade civil, incluindo ONGs, organizações religiosas e organizações de migrantes, na oferta de suporte local para migrantes internos e internacionais no Brasil e na Índia durante o contexto da pandemia de COVID-19.

Brasil e Índia são países em desenvolvimento, com democracias pluralistas e multiétnicas (IBSA 2020). Classificados como parte dos BRICS, eles se tornaram amplamente reconhecidos como dois gigantes econômicos no mundo em desenvolvimento, compartilhando a agenda internacional de cooperação comercial e financeira (Formici, 2019) e uma influência regional substancial em seus respectivos continentes. A concentração de indústrias e infraestruturas nos aglomerados urbanos centrais dos dois países cria incentivos socioeconômicos, que atraem migrantes internos e internacionais (Korobkov, 2015).

O Brasil é um importante destino para migrantes regionais e extrarregionais na América Latina, incluindo bolivianos, venezuelanos que fogem da crise econômica e sociopolítica, e haitianos que migram por motivos econômicos e humanitários, entre outros (Lesser et al. 2018). A Índia é marcada pela migração interna, sua diáspora global e também pela imigração. A migração interna constitui uma parte fundamental no tecido urbano indiano e é a “espinha dorsal da economia” (Bhagat, 2020; Suresh e James, 2020). O país também recebe grupos de migrantes não documentados, que chegam principalmente dos vizinhos Bangladesh e Nepal (Upadhyay, 2008).

Nos dois países, a pandemia, e, sobretudo, a combinação de lockdowns e fechamento de fronteiras implementada para responder à crise sanitária gerou novos desafios para aqueles que já eram grupos de migrantes vulneráveis. No Brasil, as medidas de distanciamento físico deixaram milhares de trabalhadores migrantes precários desempregados. As novas restrições de viagem internacional também levaram a novas formas de imobilidade involuntária/forçada para venezuelanos presos nos estados fronteiriços, como Roraima, e para paraguaios presos na ponte que liga os dois países (Vera Espinoza et al., 2020). Na Índia, o anúncio do lockdown, no dia 23 de março de 2020, acionou um movimento em massa de migrantes laborais, que partiam de aglomerados urbanos e iam em direção a cidades menores e áreas rurais. As medidas também levaram ao retorno em larga escala dos trabalhadores indianos no exterior, que ficaram sem trabalho e recursos. No nordeste do país, migrantes indocumentados ficaram presos, sem renda ou auxílio e também sem poder retornar a suas casas (Nair e Vera Espinoza, 2021).

Além dos desafios enfrentados pela pandemia, os governos desses países mostraram um grande despreparo para abordar as fragilidades de migrantes vulneráveis (Lotta et al., 2020; Sircar, 2020). Em ambos os casos, a sociedade civil interveio fortemente, normalmente em coordenação com governos locais e organizações internacionais, para desenvolver medidas práticas que reduzissem o impacto da pandemia e fornecessem apoio imediato aos migrantes.

Quais desafios específicos os migrantes vulneráveis enfrentaram na Índia e no Brasil desde a eclosão da pandemia de COVID-19? Quais formas de assistência estão disponíveis para eles através do terceiro setor? De qual forma a sociedade civil precisou adaptar seu trabalho para atender as necessidades dos migrantes durante a pandemia? O que os formuladores de políticas podem aprender com as boas práticas do terceiro setor que estão se desdobrando no diverso espectro social do Brasil e da Índia? Como os governos colaboram com o terceiro setor para dar apoio e ampliar seu trabalho humanitário? Este estudo aborda essas questões.



## 2. Contexto

### 2.1 Brasil

O Brasil foi o primeiro país na América Latina a relatar um caso de COVID-19 em 26 de fevereiro de 2020. Dentro de um ano, o país registrou mais de 10 milhões de casos e mais de 290.000 mortes de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2021).

O Brasil é o único país no mundo com uma população acima de 212 milhões (IBGE, 2021) com um sistema de saúde completo, universal e gratuito (PAHO, 2017). Esse fato, junto com sua história recente de combate a epidemias, colocou o Brasil em uma posição privilegiada no combate contra o vírus e com vantagens significativas em comparação com outros países da América Latina. No entanto, o Presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, implementou o que tem sido chamado de “estratégia institucional para a disseminação do vírus” (Brum, 2021), o que contribuiu para colocar o país no topo do ranking em taxas de contágio e mortes. Neste contexto, as populações de migrantes e refugiados estavam entre as mais afetadas pela pandemia dada a sua precária incorporação socioeconômica (Zapata & Prieto Rosas, 2020).

As tendências e padrões de migração no Brasil passaram por mudanças importantes desde a crise econômica global de 2008. Embora o país seja sempre reconhecido como a origem e não o destino de migrantes internacionais desde os anos 1980, a última década foi marcada por um aumento nas taxas de imigração internacional (Fernandes, 2015; de Oliveira, 2013). Dados do Censo de 2010 estimam que 22,14% dos estrangeiros residentes no Brasil eram de outros países da América do Sul, principalmente bolivianos e paraguaios, seguidos por argentinos e uruguaios (Fernandes, 2015). No entanto, o Censo de 2010 não registrou algumas das tendências de migração mais importantes que ocorreram no Brasil nos últimos anos: a chegada dos haitianos a partir de 2010 e dos venezuelanos, principalmente no final de 2016.

Entre 2010 e 2015, estima-se que 85.079 haitianos entraram no país, principalmente por meio de vistos de residência humanitária ou como solicitantes de refúgio. Essa população era predominantemente formada por homens jovens: 73,9% eram homens entre 20 e 34 anos (Baeninger e Peres, 2017). No que diz respeito aos venezuelanos, pelo menos, 223.163 entraram formalmente no país até 2019 e mais 66.956 em 2020. Até agosto de 2020, o Brasil era internacionalmente elogiado por estender a proteção internacional a 46.000 venezuelanos, tornando-se o país com o maior número de refugiados venezuelanos na América Latina (ACNUR, 2020a). A maioria dos venezuelanos no Brasil são jovens adultos, e o fluxo é bastante equilibrado em termos de sexo (Cavalcanti e de Oliveira, 2020). Além dos haitianos, venezuelanos e imigrantes do Mercosul, o

Brasil também recebeu migrantes extrarregionais e solicitantes de refúgio nos últimos dez anos, em parte como resultado de iniciativas de reassentamento solidário, de países como Síria, Palestina, Senegal e República Democrática do Congo (Vera Espinoza, 2018).

Em 1997, o Brasil aprovou a Lei do Refúgio (Lei 9.474), incorporando na legislação nacional a Convenção de Refugiados de 1951 e alguns elementos da Declaração de Cartagena, e criando o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE). O Artigo 196 da Constituição Brasileira permite acesso universal à saúde, independente do status migratório, e a Nova Lei da Migração do Brasil, 13.445/2017, é centrada na proteção dos direitos dos migrantes. Esta garante “acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social” (Brasil, 2017: Artigo 3 Seção XI) Além disso, o Brasil assinou recentemente compromissos a nível internacional com relação à proteção e ao respeito aos direitos dos migrantes. Entre eles, está o Pacto Global para Refugiados da ONU e as Metas de Desenvolvimento Sustentável para 2030. O Brasil também teve participação ativa nas negociações do Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular (GCM), o qual foi assinado pelo país (Waltrick, 2019), mas do qual o Presidente Bolsonaro se retirou ao assumir o poder em 2019.

Em 2018, o Brasil também implementou uma resposta específica ao gerenciamento do fluxo de migrantes e refugiados venezuelanos – a chamada Operação Acolhida. A operação é coordenada pelos militares e apoiada pela ONU e por organizações da sociedade civil. É a primeira missão de natureza humanitária realizada pelas Forças Armadas em território brasileiro. A operação é estruturada em três frentes: “organização das fronteiras” – admissão ordenada e regularização de venezuelanos; “acolhimento/abrigo” – fornecimento de abrigo, alimentos e serviços de saúde; e “interiorização” – um programa para realocar voluntariamente venezuelanos vivendo em regiões de fronteira para outros estados brasileiros (Zapata e Tapia, a ser publicado). Assim, a Operação Acolhida implicou na construção de uma complexa infraestrutura humanitária – de caráter normativo e material – no país (Moulin e Magalhães, 2020).



Com a eclosão da pandemia em março de 2020, o governo implementou uma série de portarias para restringir a entrada de estrangeiros no país. Em março, fechou as fronteiras do país, suspendendo a entrada de imigrantes por via marítima, terrestre e aérea (Governo do Brasil, 2020). Uma série de questões se colocam sobre os precedentes estabelecidos por esses instrumentos e suas potenciais consequências a longo prazo para a gestão de mobilidade. Por um lado, as medidas facilitam o indeferimento de entrada, a repatriação e a deportação sumária de pessoas que buscam refúgio e/ou precisam de proteção humanitária, assim como impõem ações civis, administrativas e penais àqueles considerados “infratores”. Por outro lado, a linguagem desses instrumentos revela uma ética orientada para a segurança nacional, tão característica de leis anteriores, sem que levem em consideração os compromissos de proteção internacional já firmados pelo Brasil.

O fechamento de fronteiras, junto a outras medidas criadas para deter o vírus, teve um impacto desproporcional sobre a população de migrantes no Brasil, dado que uma parte significativa desta trabalha no setor informal (Bengochea et al., 2021; Zapata e Prieto Rosas, 2020). Além disso, o Estado não implementou nenhuma medida direcionada a auxiliar migrantes e refugiados a mitigar os efeitos da pandemia, e muitos enfrentaram dificuldades para ter acesso a esquemas de proteção social devido à falta de documentação necessária (Vera Espinoza et al., no prelo).

Entretanto, desde o início da pandemia, algumas entidades vêm atuando intensamente com agentes internacionais e com a sociedade civil para auxiliar migrantes e refugiados no Brasil. Por exemplo, o governo municipal de São Paulo distribuiu 200 cestas básicas, desinfetantes e máscaras (Governo do Estado de São Paulo, 2020), e a sociedade civil doou comida para ajudar os refugiados no estado do Amazonas (Governo do Estado do Amazonas, 2020). Outra medida positiva proposta pelo Brasil foi a prorrogação automática de documentos migratórios (ACNUR 2020b), determinando que a documentação expirada emitida pela Polícia Federal fosse considerada válida até 16 de março de 2021 (BAL Global, 2020). No entanto, um dos principais problemas no Brasil concerne os migrantes irregulares, que embora sejam protegidos pela lei, enfrentam uma série de dificuldades burocráticas para exercer seus direitos e são obrigados a confiar na assistência fornecida pelas OSCs (Cornali, 2020). O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) também ajudou o Brasil a estabelecer abrigos para migrantes em Roraima e outros lugares chave, com kits de higiene e campanhas de prevenção à COVID-19 em espanhol e idiomas indígenas por meio das redes sociais (Hugueney e Godinho, 2020). Além disso, a Organização Internacional para as Migrações (OIM) continuou a auxiliar e a realocar venezuelanos residentes no Brasil durante a pandemia (OIM, 2020), bem como estabeleceu Unidades de Saúde Móvel no Estado de Roraima (EEAS, 2020).



## 2. Contexto

### 2.2 Índia

Um ano após relatar o primeiro caso de COVID-19 em janeiro de 2020 (Reid, 2020), houve 160.692 óbitos relacionados à COVID na Índia (até 25 de março de 2021) (OMS, 2021). Como previsto em vários estudos, os casos confirmados de COVID-19 na Índia permaneceram altos (próximo ao número de casos dos EUA).

No entanto, os casos de óbito relacionados à COVID-19 reportados na Índia foram menores do que em outros países (Chatterjee, 2020).

A migração ocupa um papel importante na história social da Índia (Tumbe, 2018). Em linhas gerais, na atualidade, o contexto indiano se caracteriza por três tipos de migração: migração interna para grandes centros urbanos e industriais, assim como de áreas rurais para áreas rurais; a migração laboral de indianos qualificados e não qualificados para várias partes do mundo, especialmente para países do Golfo; e a presença de migrantes internacionais e refugiados na Índia procedentes de países vizinhos. As OSCs confirmam que o anúncio repentino do lockdown para reduzir a propagação da COVID-19 em 23 de março de 2020 teve um impacto imediato nos três fluxos, desencadeando a maior migração no subcontinente desde a Partilha.

A mão de obra migrante, que permanece relegada à informalidade, é há muito tempo uma faceta fundamental da Índia moderna, embora muito pouco reconhecida. De acordo com um relatório da OIT (2019), "...a Índia é um ponto fora da curva entre os países de renda média-baixa, uma vez que 90% de toda sua mão de obra é informal (definida como aquela sem seguro social) e 85% da sua força de trabalho não-rural é informal. Embora a Índia seja uma das economias com mais rápido crescimento do mundo, a incidência da informalidade permaneceu nesse nível por décadas" (Mehrotra, 2019). Um fator importante a se considerar no caso indiano é a falta de documentação de trabalhadores migrantes, combinado a uma prática de contratação informal por parte dos empregadores. Por isso, ainda há grandes lacunas nos dados sobre migração. No entanto, estimativas aproximadas, como aquelas derivadas do Censo de 2011, indicam que 450 milhões de pessoas, de uma população total de 1,3 de bilhão, sejam migrantes internos (Statista, 2020). De fato, é importante notar que a transição da economia agrária para industrial ainda não contemplou a regulamentação do trabalho. Por isso, a maioria desses migrantes permanecem invisíveis (Bremman, 2008).

A mão de obra de migrantes internos em setores informais tem um papel fundamental na economia indiana. Operários de fábricas, trabalhadores domésticos, puxadores de riquixá e vendedores ambulantes, entre outros, formam uma grande parte da força de trabalho não qualificada do país. Apesar das longas jornadas, das condições de trabalho precárias, e da má remuneração, as contribuições deste setor informal para o crescimento da economia do país são muito significativas, ainda que pouco reconhecidas. As principais cidades da Índia, juntamente com o setor industrial, dependem em grande medida dessa mão de obra originária das zonas rurais e de estados menos desenvolvidos do país. O lockdown levou a uma crise entre os trabalhadores migrantes que expôs desigualdades estruturais muito anteriores à pandemia.

Os trabalhadores indianos no Golfo formam uma parte importante dos fluxos de emigração originários da Índia. Em grande parte não qualificada ou parcialmente qualificada, essa mão de obra totaliza aproximadamente 8,5 milhões de pessoas (Pethiyagoda, 2017). Os desafios vividos por essa população durante a pandemia, como o desemprego, foram agravados pelas leis adotadas por países do Golfo que restringiam seu retorno à Índia. É importante frisar que esses trabalhadores enfrentavam, há muito tempo, inúmeras dificuldades, ainda que suas remessas hajam contribuído fortemente para o desenvolvimento de suas regiões de origem (Sahoo, 2015). A pandemia mudou radicalmente as perspectivas dessas populações e suas famílias - imigrantes indianos no Golfo seguem enfrentando diversos obstáculos para sua repatriação.

Em 23 de março de 2020, a Índia se uniu à lista cada vez maior de países que anunciaram um lockdown nacional (BBC News, 2020). As medidas de contenção do governo foram sem precedentes em termos de restrições na mobilidade humana, e incluíram o fechamento de rotas de transporte doméstico (incluindo trens de longa distância) e o fechamento das fronteiras estaduais e nacionais (Press Information Bureau of India, 2020). Além disso, frente à ausência de uma legislação específica que lidasse com emergências de saúde pública, o governo central, seguido por governos estaduais, reimplantou a Lei de Doenças Epidêmicas (Epidemic Disease Act) (1897), datada da era colonial. (Goyal, 2020)



Esse ato outorgou às autoridades policiais o poder de realizar operações de busca por pessoas infectadas pelo vírus; colocar infectados em quarentena em instalações públicas; e penalizar aqueles que violassem o lockdown. O lockdown e o fechamento dos negócios deixaram milhares de trabalhadores subitamente desempregados e na indigência, em cidades como Nova Deli, Bangalore e Mumbai. A mão de obra empregada para trabalhar em projetos de infraestrutura pública, por exemplo, foi deixada à própria sorte pelas empresas privadas contratantes (Maraa Collective, 2020). Muitos trabalhadores simplesmente não tiveram meios para continuar a viver nas cidades. Com os serviços regulares dos ônibus interestaduais e trens de longa distância suspensos, muitos começaram a regressar às suas casas a pé (Khadria, 2020). Essa migração em massa por milhares de quilômetros aconteceu no auge implacável do verão (Nair, 2020). As medidas estritas de distanciamento social foram agravadas por punições corporais aplicadas àqueles que infringissem a quarentena (BBC News, 2020b) e os trabalhadores de baixas castas, que voltavam caminhando às suas casas, foram os mais afetados pelos ataques (Ganguly, 2020). A ausência de uma comunicação clara e eficaz sobre as medidas da quarentena prejudicou o trabalho das autoridades policiais, que por vezes não conseguiam diferenciar entre aqueles que irresponsavelmente infringiam a lei e aqueles que simplesmente não tinham outra opção (Kikon, 2020).

Em Assam, estado que faz fronteira com Bangladesh no nordeste do país, uma lei controversa que concede cidadania para refugiados com base na religião, entrou em vigor apenas algumas semanas antes do lockdown, em meio a protestos violentos (Sharma, 2020). Embora o lockdown tenha provocado uma redução nos protestos, o retorno dos trabalhadores migrantes (Leivon et al., 2020) para Assam e as tendências de migração de retorno em estados vizinhos geraram um aumento nos casos de COVID-19. A infraestrutura de saúde pública e até mesmo as unidades de teste eram extremamente subdesenvolvidas em estados como Nagaland, que precisavam enviar amostras para laboratórios no estado vizinho de Assam para análise. Os trabalhadores da linha de frente também enfrentaram uma escassez aguda de Equipamentos de Proteção Individual (EPI). Enquanto isso, os trabalhadores migrantes do nordeste da Índia que trabalhavam nas cidades do continente foram alvo de ameaças racistas e abuso (Haokip, 2021). Trabalhadores do nordeste e aqueles que retornavam para os estados de Bihar e Orissa (Kikon, 2020), porque não podiam manter o mesmo nível de vida na cidade, enfrentaram numerosos desafios para retornar a suas casas (Salle, 2020). Os estados do nordeste da Índia têm um número excepcionalmente alto de emigrantes e uma vasta diáspora pelo mundo. Muitos deles, que vivem em outros países com permissão de trabalho, como nos Emirados Árabes Unidos (EAU), ficaram desamparados como resultado do lockdown (Sitlhou, 2020).



## 2.2 India

A primeira fase de evacuação de cidadãos indianos e expatriados de volta à Índia, baixo a Missão “Vande Bharat” (Governo da Índia, 2020), começou em maio de 2020, aproximadamente dois meses depois do lockdown nacional. Para muitos trabalhadores migrantes do Nordeste dos EAU as opções colocadas pelo programa não eram viáveis, já que os voos se destinavam principalmente às cidades no sudeste da Índia. Além disso, muitos trabalhadores migrantes perderam seus empregos ou tiveram seus vistos cancelados, tornando-se, portanto, passíveis de prisão ou multas por estarem sem documentação adequada (Karasapan, 2020).

Não houve nenhum registro oficial dos trabalhadores migrantes que morreram ou ficaram desempregados devido à pandemia (The wire, 2020), mas estima-se que um total de 10 milhões de trabalhadores migrantes internos tenham retornado a seus estados nativos, com 3,2 milhões voltando a Uttar Pradesh e 1,5 milhão a Bihar (Rao et al., 2020), com uma estimativa de 122 milhões de indianos desempregados até abril de 2020 (Inamdar, 2020). As organizações da sociedade civil preencheram a lacuna de dados, através da coleta e registro de informações básicas sobre as condições de vida e emprego de trabalhadores migrantes retidos nas cidades. Estudos independentes afirmam que a maioria dos trabalhadores migrantes eram informais e não tinham um contrato por escrito (Patel, 2020).

Fica claro, portanto, que o lockdown aumentou as vulnerabilidades sociais, econômicas e psicológicas de migrantes e deixou muitos deles desamparados: desempregados e sem acesso à remuneração (Rajan et al., 2020). Desde o início da crise, parte essencial do trabalho da sociedade civil era a distribuição de auxílio e a coordenação de grupos liderados por migrantes, assim como outras organizações humanitárias, grupos religiosos e departamentos governamentais interessados (Youngs, 2020). As organizações da sociedade civil precisaram enfrentar vários desafios, como a arrecadação de fundos para programas de auxílio de curto prazo e a obtenção de permissões para que trabalhadores humanitários pudessem distribuir doativos. As doações de fontes privadas e de voluntários se tornaram indispensáveis. Uma nova rede foi formada na All India Institute for Medical Sciences (AIIMS) de médicos que doaram recursos e alimentos. Também motoristas de riquixás passaram a transportar trabalhadores gratuitamente. Essas incríveis alianças, às vezes mediadas por agências de desenvolvimento multilaterais (Ramachandran, 2020) atuantes em diversas áreas, foram fundamentais em uma série de atividades de assistência. Essas incluíram a distribuição de alimentos; apoio para que a população vulnerável pudesse acessar auxílio econômico em bancos e correios; e o providenciamento de transporte para a repatriação de trabalhadores.





## 3. Metodologia

Este estudo se baseia em 52 entrevistas qualitativas semiestruturadas com Organizações de Sociedade Civil (OSCs) que trabalham com migrantes e refugiados no Brasil (25 entrevistas) e na Índia (27 entrevistas) realizadas em fevereiro e março de 2021.

Foram incluídos três grupos principais de agentes da Sociedade Civil dos dois países, com base em uma amostragem não probabilística: 1) Organizações Não Governamentais (ONGs); 2) organizações religiosas e 3) organizações de migrantes.

Para a amostragem, dividimos os países de acordo com suas divisões geopolíticas regionais e mapeamos todas as OSCs que trabalham com migrantes e refugiados em cada país (Anexo 1). Tivemos como objetivo manter um equilíbrio entre o número de organizações entrevistadas para cada grupo em cada região, apesar das restrições impostas pela concentração de algumas organizações em áreas específicas. A amostra na Índia foi limitada pelo fato de que as entidades no nordeste do país escolheram não participar do estudo.

Foi usado um instrumento comum para a coleta de dados em ambos os países. As entrevistas tiveram como objetivo entender: i) os desafios enfrentados por migrantes no Brasil e na Índia desde o início da pandemia de COVID-19; ii) qual

tipo de auxílio foi fornecido pelas OSCs; iii) boas práticas e principais lacunas no atendimento; iv) novas parcerias que surgiram durante a pandemia e v) percepções de como os governos podem se envolver com o terceiro setor para auxiliar seu trabalho (ver o Anexo 2).

Todas as entrevistas foram realizadas de forma online ou por telefone. Os dados das entrevistas foram analisados e sistematizados por meio de um instrumento comum. O material das entrevistas foi anonimizado para proteger a confidencialidade dos participantes, embora especifiquemos o tipo de organização e a localização geográfica a qual pertencem, uma vez que essa informação é relevante para entender os diferentes problemas e perspectivas dos atores nos dois países.

A pesquisa recebeu aprovação dos Comitês de Ética em Pesquisa da Queen Mary University of London (QMERC20.154) e da Universidade Federal de Minas Gerais (CAAE: 44923521.5.0000.5149)

## 4. Sociedade civil e migração no Brasil e na Índia

### 4.1 Uma breve história da sociedade civil no Brasil

Embora acadêmicos e ativistas tenham questionado seu caráter realmente participativo, Constituição Cidadã é o nome dado ao conjunto de princípios políticos que regem o Brasil desde 1988.

Após mais de duas décadas de ditadura militar caracterizada pela forte repressão a movimentos sociais e dissidentes políticos, a população podia finalmente contribuir de forma ativa e formal na criação de instituições democráticas. Dois desenvolvimentos paralelos são fundamentais para entender o papel que a sociedade civil brasileira assumiu desde então. Em primeiro lugar, a nova constituição foi parcialmente criada por meio de emendas populares, o que permitiu que vários setores da sociedade apoiassem a criação da nova legislação nacional, regional e municipal. Em segundo lugar, a constituição estabeleceu uma série de mecanismos por meio dos quais a sociedade civil poderia participar diretamente da gestão pública (Rocha, 2008). Por meio da criação de conselhos populares, hoje a maioria das áreas de administração pública têm espaços institucionalizados de participação social (Avritzer, 2007; Rocha, 2008). Como será discutido mais adiante, a recepção e a integração de migrantes e refugiados no Brasil não fogem a esse padrão.

Isso não significa, entretanto, que a participação política popular haja começado no Brasil apenas em 1988, nem que o papel ativo da sociedade civil no processo de redemocratização tenha se consolidado sem dificuldades. Desde o final da década de 60 até a década de 80, no auge da repressão do regime militar, vários movimentos sociais emergiram no país, incluindo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e várias organizações vinculadas a uma vertente progressista da Igreja Católica, chamada Teologia da Libertação (Rocha, 2008). Também durante esse período, em 1966, a organização católica Cáritas Arquidiocesana se tornou independente de sua organização sede internacional e se estabeleceu como uma entidade nacional autônoma localizada em várias cidades do Brasil.

No final dos anos 1970, em meio à intensificação da violência gerada pelas ditaduras militares no Chile e Uruguai, exilados políticos começaram a fugir para o Brasil, especialmente para o Rio de Janeiro. De forma autônoma ou com a ajuda de uma rede de instituições católicas na América Latina, esses grupos

foram postos em contato com o escritório da Cáritas no Rio de Janeiro para obter proteção. Assim, a organização constituiu-se, progressivamente, como um porto-seguro para aqueles que eram politicamente perseguidos na região, mesmo sob o risco de sofrer represálias do regime militar brasileiro. Pressionada pelas novas demandas e com o auxílio da Confederação Nacional de Bispos no Brasil (CNBB), a Cáritas iniciou um movimento para trazer ao país uma representação do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) (Campanholo, 2019). Como argumentado pela literatura sobre o tema, foi precisamente a ausência do Estado à época, junto com o trabalho já realizado pelas OSCs brasileiras com exilados da América Latina, o que fomentou a forte conexão entre ONGs e o escritório da ACNUR recém-aberto no Rio de Janeiro em 1977 (Fischel e Marcolini, 2002; Jatobá e Martuscelli, 2018; Moreira, 2010). De fato, é possível dizer que o estabelecimento da agência da ONU no Brasil tenha ocorrido principalmente por meio da atuação de organizações não governamentais.

Assim, desde a década de 1970, a sociedade civil brasileira tem se engajado na defesa dos direitos da população de migrantes e refugiados no país em pelo menos três frentes: por meio da defesa da modernização do regime de migração/mobilidade nacional; apoiando diretamente o acolhimento e a realocação de migrantes e refugiados; e auxiliando no processo de integração local, de forma autônoma ou em parceria com o governo e o ACNUR.

No Brasil, a estrutura regulatória atual que orienta as parcerias entre as OSCs e o Estado foi implementada em 2014 (Lei 13.019). Esta lei estabeleceu regras mais claras de colaboração entre o Estado e o terceiro setor, com foco na transparência de gastos públicos. A regulamentação também criou incentivos fiscais para empresas privadas financiarem OSCs que trabalham em áreas específicas, como atividades culturais e artísticas, esportes e atenção a crianças e adolescentes, entre outros (Pannunzio, 2013). Em comparação à Índia, a lei brasileira não regula o financiamento internacional (consulte a Seção 4.2).



## A Atuação da Sociedade Civil sobre a Lei de Refúgio

Durante a história mais recente do Brasil, de 1980 a 2017, a Lei que regulamentou a mobilidade no país foi fortemente marcada por um caráter securitário. Elaborado durante a ditadura, o Estatuto do Estrangeiro incorporou o medo dos militares de influências dissidentes do exterior, especialmente aquelas provenientes de países vizinhos na América Latina (Machado, 2020; Milesi e de Andrade, 2017; Moreira, 2010). A década de 1970 e 1980 foi um período de relativamente pouca imigração para o Brasil, embora essa época também tenha marcado o início da emigração de brasileiros, principalmente para os Estados Unidos (Acosta, 2018; Zapata e Fazito, 2018; Margolis, 2013). Além de sua política de migração restritiva, o país não contava com uma estrutura nacional de proteção a refugiados, e os exilados políticos que chegaram durante este período encontraram pouca proteção legal.

No início da República recém-instituída, várias organizações da sociedade civil começaram a se mobilizar pela internalização da Convenção de Refugiados de 1951 e seus Protocolos e a remoção de suas cláusulas geográficas - o Brasil, apesar de ter assinado os tratados, em 1960 e 1967 respectivamente, concedeu proteção especial apenas para aqueles que saíam da Europa (Jatobá e Martuscelli, 2018; Milesi e de Andrade, 2017). Em 1996, a sociedade civil passou a assumir um papel ativo no projeto de lei que se tornaria a Lei Nacional do Refúgio. As estratégias usadas incluíram cartas abertas do Ministério da Justiça, participação intensa em audiências públicas e o acompanhamento da tramitação do projeto de lei no Congresso nacional (Milesi e de Andrade, 2017). A esse processo contribuiu o diálogo com outras organizações na América Latina, por meio de seminários e reuniões regionais, em um período caracterizado pelo intenso deslocamento de colombianos pelo continente.

Os sinais da influência da sociedade civil na lei aprovada em 1997 são inúmeros e ajudam a explicar as características singulares do marco de proteção nacional, frequentemente considerado como um dos mais progressistas na região (Jatobá

e Martuscelli, 2018; Jubilit, 2006). Mais importante, a Lei de Refúgio de 1997 criou o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), um órgão tripartite responsável pela determinação de status de refúgio e pela promoção da integração de refugiados (Jatobá e Martuscelli, 2018; Moreira, 2010). Esta instituição é composta de representantes de vários Ministérios, da Polícia Federal e um representante de uma organização da sociedade civil (duas ONGs nacionais se revezam nesse posto). Conforme destacado por Jubilit e Apolinário (2008), este desenho institucional, que não é frequentemente encontrado em outros países, ajuda a equilibrar as preocupações do Estado com a segurança nacional com uma abordagem baseada em direitos humanos.

## A atuação da sociedade civil sobre a legislação para os direitos dos migrantes e na concessão de vistos humanitários

Com o tempo, o escopo da atuação da sociedade civil em relação à mobilidade cresceu significativamente, assim como seu alcance geográfico. Em 2004, o Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH) impulsionou a criação da Rede de Solidariedade para Migrantes e Refugiados (RedeMir), que se tornaria uma das principais plataformas nacionais para defesa, mobilização e coordenação de ações entre as OSCs (Milesi et al., 2018).

Ao mesmo tempo em que o início dos anos 2000 foi caracterizado pela imigração intrarregional, 2010 viu a rápida chegada de grandes números de haitianos pelas fronteiras do norte do Brasil, após o terremoto que atingiu o país já empobrecido. Porém, diferente dos cidadãos do Mercosul e de outros países sul-americanos, este grupo não contava com vias facilitadas de entrada e residência no Brasil, e tampouco se enquadrava na definição clássica de refugiados. Em parte porque acessaram o país por porções do território em que o Estado esteve historicamente ausente, os haitianos receberam inicialmente pouquíssimo apoio de autoridades

públicas. Ao contrário, as organizações católicas nos estados do Acre e Amazonas foram as primeiras entidades a definir uma estrutura de acolhimento (Mamed, 2016; da Silva, 2013). Principalmente por meio da RedeMir, essas ONGs conseguiram o apoio de outras organizações e se manifestaram contra a omissão do Estado. Junto com esta mobilização, a presença de organizações da sociedade civil no CONARE, como membros votantes, e no Conselho Nacional de Imigração<sup>1</sup> (CNIg), como membros observadores, foi de importância fundamental na aprovação de vistos humanitários para haitianos em 2012, permitindo que eles residissem e trabalhassem no Brasil por até cinco anos (de Oliveira e Sampaio, 2020; Fernandes e de Faria, 2017).

Esses avanços, que ocorreram enquanto o retrógado Estatuto do Estrangeiro ainda estava em vigor, prefiguraram a elaboração e aprovação da Lei de Migração de 2017, após décadas de luta política. Entre os pilares da nova Lei, estavam os vários fóruns de discussão que ocorreram nos dez anos anteriores, que uniram movimentos sociais e organizações da sociedade civil nos níveis locais, nacionais, regionais e global. Nesse sentido, a 1ª Conferência Nacional de Migração e Refúgio (Comigrar) merece atenção especial. Elaborada como um espaço para reflexão coletiva sobre o plano de mobilidade nacional, o fórum reuniu mais de 800 representantes de movimentos sociais e ONGs, inclusive organizações de migrantes em uma série de reuniões em 2014. As várias recomendações realizadas pela Comigrar foram efetivamente incorporadas no projeto da Lei de Migração de 2017. Conforme observado por de Oliveira e Sampaio (2020), a incidência na nova lei ocorreu por meio de audiências públicas e informalmente por meio da influência de agentes ativos na sociedade civil e na Comissão de Especialistas, responsável por elaborar o projeto de lei no Congresso. Durante a tramitação do projeto de lei, e com vistas a pressionar por sua aprovação, várias ONGs organizaram campanhas de conscientização pública sobre os direitos dos migrantes, também combatendo mitos sobre a mobilidade humana (de Oliveira e Sampaio, 2020).

Semelhante à Lei Nacional de Refúgio, a Lei de Migração de 2017 também trouxe uma série de avanços. Acima de tudo, entendeu o migrante (não o estrangeiro) como um sujeito de direitos, substituindo o foco exclusivo da legislação antiga sobre segurança nacional (de Oliveira e Sampaio, 2020; Jarochinski et al., 2020; Zapata e Fazito, 2018). No entanto, a aprovação da Lei foi concomitante a um novo cenário político no Brasil, no qual agentes conservadores progressivamente ganhavam poder e relevância (Acosta et al., 2018). Essa mudança de contexto refletiu-se imediatamente não apenas em vários vetos presidenciais à legislação aprovada, mas também no próprio decreto que regulamentou a Lei. Esse último concedeu mais poder às forças de segurança do Estado, como a Polícia Federal, do que previsto originalmente. De fato, argumentou-se que o decreto contradizia o espírito da própria Lei e violava a constituição do país (de Oliveira e Sampaio, 2020; Machado, 2020).

O início do deslocamento em massa de venezuelanos na América Latina aconteceu em meio a esses debates, após a piora da crise humanitária no país no final de 2016. Em um contexto de crescimento da securitização no Brasil, as ONGs se manifestaram contra a deportação de venezuelanos em 2016, e contra o fechamento das fronteiras no Norte, no estado de Roraima em 2018 (Alvim, 2018; Milesi et al., 2018). Além disso, as organizações pressionaram ativamente os órgãos administrativos para que garantissem a interpretação correta da nova Lei e a Constituição brasileira, que prevê a igualdade entre nacionais e imigrantes residindo no país. Essa mobilização teve lugar em estreita parceria com a Defensoria Pública da União (DPU), por meio do ajuizamento de ações civis públicas. Como resultado dessas várias ações, as população migrantes e refugiadas puderam ter acesso a vários benefícios sociais no Brasil, como a isenção da taxa de residência do Mercosul, no caso dos venezuelanos; o Benefício de Prestação Continuada (BPC) que garante um salário mínimo para famílias de baixa renda; e, mais recentemente, o Auxílio Emergencial COVID-19 (Milesi & Cury, 2018; Zortea, 2017; Bengochea et al., 2020).

<sup>1</sup>A CNIg foi criada em 1980 pela Lei Federal 6.815. É responsável por quatro áreas principais: a formulação de políticas de migração; a coordenação das atividades de migração de trabalho; a avaliação das demandas nacionais de trabalho qualificado; e a promoção de estudos relacionados à migração laboral. É composta de representantes das várias instâncias do governo, associações industriais, sindicatos e sociedade civil.



## Acolhimento, interiorização e integração de migrantes e refugiados

Apesar da sua avançada legislação em matéria de migração e refúgio, há um reconhecimento geral de que o Estado brasileiro tem capacidade e vontade política limitadas de honrar com seus compromissos nacionais e internacionais para com os migrantes e refugiados (Zapata e Tapia, no prelo; Jatobá e Martuscelli, 2018). Como resultado, o país adotou historicamente um modelo de responsabilidade compartilhada entre o Estado, ACNUR, ONGs e, mais recentemente, a OIM, em relação ao acolhimento, interiorização e integração dessas populações. Embora esse modelo tenha se originado nos anos 1970, ele certamente ganhou novo ímpeto nas últimas décadas.

Quando os haitianos começaram a chegar ao Acre e Amazonas em 2010, as organizações da sociedade civil foram as primeiras a oferecer-lhes abrigo e alimentos. Embora o Estado do Acre tenha, posteriormente, assumido a responsabilidade pela assistência, as ONGs no Amazonas continuaram encarregadas de providenciar aos migrantes alojamento e suprimentos básicos nos anos seguintes (Mamed, 2016). Uma tendência semelhante teve lugar no estado de Roraima, a partir da forte entrada de venezuelanos através da fronteira norte do Brasil. Embora a Operação Acolhida tenha criado vários abrigos nas cidades de Boa Vista e Pacaraima em 2018, muitos ainda são administrados por ONGs (Jarochinski et al., 2020). Da mesma forma, o programa de interiorização, que é semelhante a um programa de realocação e reassentamento interno, é operado principalmente por meio do suporte de ONGs, que são geralmente responsáveis por oferecer abrigo, alimentos e até mesmo auxílio financeiro às famílias realocadas (Baeninger, 2018; Rosita Milesi e Coury, 2018).

Esse modelo de responsabilidade compartilhada também é reproduzido no campo da integração de migrantes e refugiados. Seja de forma autônoma ou como parceiras implementadoras do ACNUR, as organizações não governamentais têm oferecido uma ampla variedade de serviços a migrantes e refugiados (Jatobá e Martuscelli, 2018; Jubilut, 2006). Estes incluem aulas de português, orientação sobre busca de emprego, suporte jurídico e documental, e até mesmo a prestação de serviços de intérprete em consultas médicas, entre outros (Milesi e Coury, 2018; Zortea, 2017). Embora a importância dessas atividades seja inegável, também deve-se observar que a delegação de funções tradicionalmente atribuídas ao Estado a organizações de sociedade civil é problemática, seja durante o acolhimento ou durante a integração. Este modelo poderia, por exemplo, gerar desigualdades importantes na prestação de serviços, principalmente porque diferentes ONGs contam

com capacidade diferentes de oferecer suporte integral a populações deslocadas. Moulin (2012) e Vera Espinoza (2018) também observam que a integração no Brasil, e em outros países da América Latina, é frequentemente operacionalizada através de uma lógica perniciosa de “merecimento”, através da qual aqueles que demandam mais assistência ou mostram insatisfação são enquadrados como sujeitos ingratos, e não como detentores de direitos.

Contudo, é importante ressaltar que os próprios migrantes e refugiados têm sido historicamente vocais na luta por direitos. Embora o Estatuto do Estrangeiro proibisse que essas populações participassem de manifestações ou assembleias formais, sua influência foi notória em momentos políticos chave no país, como durante a série de conferências da Comigrar, assim como na Marcha dos Migrantes - protesto que acontece em São Paulo todos os anos desde 2007. Muitas demandas expressas pelos migrantes nesses eventos, que também contaram com o apoio de organizações não governamentais, foram incorporadas com sucesso na Lei de Migração brasileira de 2017. Outro protesto histórico que ocorreu em 2009 incluiu uma greve organizada por refugiados palestinos próximo ao escritório do ACNUR em Brasília, no qual as famílias exigiam mais ajuda da agência ou o seu retorno assistido a um campo de refugiados na Jordânia (Vera Espinoza, 2018; Moulin, 2012). Mais recentemente, Martuscelli (2020) descreve como refugiados congolezes submeteram uma queixa formal ao Ministério de Relações Exteriores, exigindo a celeridade das suas solicitações de reunificação familiar. Apesar da proliferação dessas diferentes formas de mobilização política, o papel de movimentos de migrantes até agora recebeu pouca atenção no contexto brasileiro.

Como já mencionado acima, o papel das OSCs em termos de incidência política é notável no Brasil, tanto no que diz respeito à Lei de Refúgio quanto no que tange à nova Lei de Migração. Esses instrumentos, embora separados por um período de vinte anos, apresentam uma série de características inovadoras, incluindo a formalização de um modelo de responsabilidade compartilhada entre o Estado, as Nações Unidas e as organizações de sociedade civil. Isso não quer dizer, no entanto, que a relação do terceiro setor com o poder público seja livre de tensões. Em muitas situações, as ONGs cumprem funções que normalmente são atribuídas ao Estado e, não-raro, estão na linha de frente da gestão de crises humanitárias. A pandemia de COVID-19, a maior emergência em saúde do último século, vem sendo sistematicamente subestimada pelo governo federal brasileiro. Ao mesmo tempo, é usada como um pretexto para restringir ainda mais a mobilidade e aumentar a militarização das fronteiras. É nesse contexto de excepcionalismo permanente (ver Vera Espinoza et al., no prelo) que investigamos como as OSCs vêm lutando para proteger os direitos dos migrantes e refugiados no país e têm apoiado essas populações durante a pandemia.





## 4.2 Uma breve história da sociedade civil na Índia

As organizações de sociedade civil na Índia surgiram no final do século XIX, a partir dos processos de resistência ao colonialismo e das práticas reformistas que fizeram parte da luta pela independência indiana. No processo de reivindicação da soberania, as ideias de democracia, cidadania e sociedade civil se desenvolveram conjuntamente. Dessa forma, o ideal de uma nação independente evoluiu paralelamente à ação civil e à resistência ao imperialismo (Chandhoke, 2011)<sup>2</sup>.

Os momentos históricos que marcaram o curso do desenvolvimento da sociedade civil na Índia datam de muito antes da independência. No século XIX, movimentos de reforma social e religiosa, como Brahma Samaj<sup>3</sup> e Arya Samaj<sup>4</sup>, lutaram pela educação das mulheres e pelo direito das viúvas de se casarem novamente. Esses grupos se opunham a diversos dogmas da ortodoxia hindu, como hierarquias baseadas em castas, ritualismo e idolatria. Junto a isto, estava o trabalho de missionários que atuaram no país durante o domínio britânico. A aprovação do Charter Act de 1813 gerou o aumento de atividade missionária na Índia com foco especial na promoção de educação, saúde, bem-estar social e reforma (Sahoo, 2013).

Com a formação do Congresso Nacional Indiano em 1885 e a Conferência Nacional de Reforma Social em 1886, o nacionalismo e a reforma social se misturaram, pois a descolonização foi sentida como um chamado para a formação de uma nova nação. O fundamento desse preceito estava na filosofia de Mahatma Gandhi, que propunha a não

separação de problemas sociais e políticos. O líder enfatizava, assim, o “trabalho construtivo” para que os membros do Congresso atuassem em prol da elevação dos pobres e marginalizados (Shah, 2019; Sahoo, 2013). Parte disso supunha o aniquilamento de práticas feudais, do trabalho em regime de servidão e de tantas outras desigualdades.

A década de 1890 viu a formação de organizações baseadas em castas que também agiram como agentes de mobilização camponesa contra o feudalismo. Da mesma forma, movimentos trabalhistas começaram a surgir em várias partes do país, como nas fábricas de algodão de Bombaim e nas fábricas de juta de Calcutá. Os trabalhadores passaram a criar sindicatos (Sahoo, 2013). Durante a década de 1910 Mahatma Gandhi e de Dr. B. R. Ambedkar despontaram como líderes sociais.

O Motim de 1857 foi um ponto de inflexão na resistência indiana ante várias formas de dominação, e faziam face, especialmente, ao Império Britânico. A partir de 1885, várias iniciativas e movimentos autônomos se desenvolveram entre trabalhadores industriais, camponeses, castas subordinadas, identidades religiosas, formações étnicas e linguísticas e grupos de mulheres. O domínio britânico e suas políticas de propriedade privada da terra corroeram as tradições de propriedade coletiva dentro da sociedade tribal, o que também deu lugar a movimentos camponeses. O movimento operário também ganhou proeminência em várias partes do

país. Em 1890, as mulheres nas fábricas de algodão de Bombai e de juta de Calcutá protestavam contra as péssimas condições no trabalho (Sahoo, 2013). Durante a virada do século XIX, a agitação entre os trabalhadores industriais aumentava, o que resultou em greves espontâneas e interrupções do trabalho. Diante desse cenário conturbado, sociedades Adivasis (grupos tribais), camponeses sem-terra e a classe trabalhadora se uniram sob slogans como “Vida Longa à Revolução” e protestos se tornaram comuns em fóruns públicos (Shah, 2019: 46).<sup>5</sup>

Sob a liderança de Jawaharlal Nehru (1947-1964), o Partido do Congresso Indiano serviu como um elo institucional único de integração entre o Estado e a sociedade na Índia, com base em um modelo socialista e secular de construção de nação. O princípio de “trabalho construtivo” levou à formação da Comissão de Planejamento da Índia em 1950 e a uma abordagem centralizada de desenvolvimento rural, que tomou forma por meio de Planos de Cinco Anos (Shah, 2019; Sahoo, 2013). Em contraste, estava o regime de Gandhi (1967-1977) que viu o declínio do alinhamento entre o Estado e as instituições políticas e a ascensão da sociedade civil contra as injustiças do Estado de Sítio (the Emergency) de 1975 a 1977 (Shah, 2019; Chandhoke, 2003; Dhanagare, 2001). Esse governo proibiu o envolvimento político de organizações da sociedade civil. A Lei de Regulamentação da Contribuição Estrangeira (FCRA) de 1976 foi promulgada no Parlamento para vigiar associações políticas e organizações do terceiro setor que recebessem financiamento estrangeiro (Sahoo, 2013). Chandhoke argumenta veementemente: “a sociedade civil conquistou suas vitórias mais incríveis quando confrontou seus ditadores, pois nada mais desperta o descontentamento e a raiva política do que a negação de direitos civis e políticos”. (2003: 4). Movimentos que se colocaram contra o Estado de Sítio, causados pela agitação social no país, mobilizaram e politizaram as massas em toda a Índia. Dessa forma, a esfera da sociedade civil se expandiu para incluir principalmente os trabalhadores municipais e industriais, assim como trabalhadores pobres e sem-terra.

A regra do Estado de Sítio levou à derrota de Indira Gandhi em março de 1977 e o Janata Party assumiu o poder sob a liderança de Morarji Desai (1977-79). Como parte de seu programa de melhoria rural, o Janata Party incentivou

ativamente a formação de organizações sem finslucrativos no campo. O governo reconheceu o papel dessas organizações na formação cidadã e aumentou o financiamento e o suporte a ONGs. Por exemplo, o governo permitiu que as empresas deduzissem as doações para ONGs de sua receita tributável. Essas políticas pró-ONGs do governo de Janata também beneficiaram o Rashtriya Swayam Sevak Sangh (RSS, que também é o partido ideológico fundador do partido político Bhartiya Janata Party) e outras organizações nacionalistas hindus, que foram seus aliados durante o Estado de Sítio.

O Partido do Congresso Indiano voltou ao poder em janeiro de 1980 (até 1984) e novamente começou a restringir o funcionamento do terceiro setor. O grupo alterou a Lei de Regulamentação da Contribuição Estrangeira (FCRA) em 1984 e estabeleceu um número maior de obrigações fiscais e jurídicas para as OSCs (Sahoo, 2013). Dessa forma, o Estado passou a ter um controle sem precedentes sobre o funcionamento da sociedade civil, o que continua até hoje. Com o colapso do Janata Party, alguns de seus membros fundaram o Bhartiya Janata Party (BJP) em 5 de abril de 1980 e se colocaram como a única alternativa confiável ao Partido do Congresso Indiano no poder. O BJP chegou ao poder em 1998 e governou até sua derrota em 2004, adotando agressivamente modelos de desenvolvimento neoliberais.

O período crucial de pós-liberalização da década de 1990 teve um grande impacto na sociedade civil. A Índia apoiou o período de liberalização depois de 1990<sup>6</sup>. IO auxílio ao desenvolvimento internacional foi bem recebido pelas ONGs e apoiado pelas organizações de esquerda e direita, como a RSS. (Biswas, 2006). Ao mesmo tempo, a década de 1990 também foi o período em que os movimentos sociais e de base articularam problemas básicos de desenvolvimento no marco de direitos. Vários desses movimentos civis floresceram na Índia desde a década de 1990 em relação a questões sociais e ambientais: contra o deslocamento tribal em Orissa, contra a mineração de bauxita em Andhra Pradesh e pela conservação da água em Rajasthan, entre outros.

<sup>2</sup>A própria migração ajudou a sociedade civil a se tornar mais global ou transnacional. Há muitas organizações da sociedade civil lideradas por grupos diaspóricos e migrantes que transpassam fronteiras regionais e nacionais. Isso não apenas ajudou a mobilizar recursos financeiros, mas também a mobilizar ideias, tecnologias etc. Há uma longa história das organizações da sociedade civil (lideradas por suas diásporas) na participação política na Índia, por exemplo, o “Ghadar Movement” (que foi no início do século 20, o movimento político internacional, fundado por indianos expatriados vivendo na Costa Oeste dos Estados Unidos e Canadá para derrotar os britânicos). Subhash Chandra Bose e Mahatma Gandhi também mobilizaram movimentos anticoloniais por meio de suas redes, como o Indian National Army (INA) em países fora da Índia, como África do Sul, Maurício e entre associações estudantis indianas no Reino Unido e Estados Unidos. Essas organizações de sociedade civil transnacionais tiveram uma função importante durante a luta pela liberdade na Índia, em particular, e no movimento anticolonial em geral.

<sup>3</sup>Fundada por Ram Mohun Roy em 1828, foi uma organização de reforma religiosa que não acreditava em castas ou religião.

<sup>4</sup>Fundado em 1875 por Dayananda Sarasvati, foi um movimento de reforma do hinduísmo moderno, cujo objetivo era restabelecer o Vedas, as antigas escrituras hindus.

<sup>5</sup> É fundamental mencionar aqui o massacre de Jallianwala Bagh de 1919. Esse é um exemplo de protesto pacífico, formado por cidadãos, que foi tratado com força brutal pelos britânicos, os quais mataram milhares de manifestantes na cidade de Punjab. A impunidade do exército britânico tornou possível que a pessoa responsável pelo massacre, o General Dyer, fugisse sem ser penalizado por suas ações. O fato de que os britânicos houvessem assassinado tantas pessoas nesse dia serviu apenas para alimentar a consciência nacional sobre as injustiças sociais existentes no espectro social e político.

<sup>6</sup> A Índia de Indira estava no bloco soviético durante os anos da Guerra Fria. Os anos 90 marcaram um período de mudanças ideológicas, políticas e econômicas fundamentais em termos das estruturas que afetaram o status-quo da Índia interna e internacionalmente.



Através de sua trajetória histórica de formação, fica clara a intrincada relação entre a sociedade civil na Índia e o Estado – se, algumas vezes, o terceiro setor funciona como uma maquinária do poder público para reproduzir seus planos e interesses; outras vezes ele atua como um agente contrário ao Estado, questionando sua agenda política. A sociedade civil emergiu como um espaço onde a reforma social foi levada a cabo por organizações que divergem em suas perspectivas e abordagens. O trabalho focou em várias questões que permeiam gênero, religião, casta e trabalho. O Estado, a sociedade civil e as pessoas em vários níveis trabalham na relação dessas estruturas e suas várias formas de marginalização. A sociedade civil interage com o Estado, ao mesmo tempo em que se distingue dele.

Contemporaneamente, o terceiro setor da Índia é diverso e numeroso. De acordo com Srivastava e Tandon (2005), a Índia tem mais de 1,2 milhões de organizações da sociedade civil. Dentro dessa vasta esfera, várias OSCs trabalham respondendo às necessidades de migrantes e refugiados da Índia – o que é de se esperar, dada a magnitude do setor informal no país. As organizações do terceiro setor podem ter âmbito local, nacional ou internacional. Elas ocupam várias posições no espectro político, sendo muitas aliadas de sindicatos e organizações de trabalhadores, enquanto outras têm caráter religioso ou são organizadas e dirigidas pelos próprios trabalhadores. Algumas são pequenas, enquanto outras, bastante complexas. Muitas organizações trabalham em parceria com governos locais e o setor privado ou fornecem representação jurídica para aqueles sem documentação junto a magistrados distritais e outros tribunais locais. Seu status jurídico também varia muito. Pela lei indiana, as organizações da sociedade civil devem se registrar junto ao poder público com base em seu status jurídico, podendo ser sociedades, fundos de caridade (públicos ou privados) ou como organizações sem-fins-lucrativos. Seus métodos operacionais também variam, pois podem funcionar como cooperativas, sindicatos ou órgãos religiosos (Chandreashekhar, 2018).

## Resposta da sociedade civil à pandemia

Para entender o papel da sociedade civil indiana durante a pandemia, é importante considerar o impacto do partido no poder, o BJP (2014 - até os dias atuais), sobre o terceiro setor. Também é importante observar que as organizações de sociedade civil na Índia foram influenciadas pelos movimentos internacionais, como movimentos feministas, movimentos ambientalistas e outros movimentos de direitos civis. Parte da ação do governo em relação às OSC está relacionada a esses elos internacionais, pois as organizações na Índia recebem financiamento de organizações estrangeiras para trabalhos no âmbito de gênero e sexualidade.

O governo tomou medidas severas contra atores da sociedade civil, prendendo ou retirando a liberdade civil de ativistas de direitos humanos e líderes estudantis (Kode e Jacob, 2017). Também foi aprovada a alteração à Lei de Regulamentação da Contribuição Estrangeira (FCRA), que tem efeitos possivelmente adversos sobre ONGs e instituições sem fins lucrativos. Com isso, o funcionamento de OSCs tornou-se mais difícil, pois a Lei não permite a redistribuição dos fundos de uma organização para outras organizações, mesmo se a última esteja de acordo com a FCRA, o que acarreta o encerramento de muitas operações devido à ausência de recursos. As organizações que dependem do financiamento de responsabilidade social corporativa (CSR) estão enfrentando muitas dificuldades porque o financiamento corporativo está sendo direcionado para operações de assistência imediata e para o fundo de Assistência e Ajuda Cidadã em Situações de Emergência do Primeiro Ministro. (PM CARES) (Rustagi e Wu, 2020). Entre 2014 e 2020, o BJP cancelou as licenças de mais de 20 mil ONGs para receber fundos estrangeiros conforme a FCRA. No entanto, enquanto o Estado lutava para responder à COVID-19, o gabinete estratégico do governo NITI Aayog solicitou a ajuda de mais de 92 mil ONGs no combate à pandemia (Ramachandran, 2020). Apesar do espaço cada vez menor de atuação da sociedade civil, foram indivíduos e ONGs os que se uniram durante o período de lockdown, imposto repentinamente e com pouca preparação pelo BJP em 24 de março de 2020.





# 5. Discussão de resultados

## 5.1 Resultados do Brasil

### 5.1.1 Desafios enfrentados pelos migrantes durante a pandemia

#### i. Acesso à documentação, irregularidades e fechamento de fronteiras

No Brasil, o primeiro obstáculo enfrentado por migrantes e refugiados durante a pandemia esteve relacionado à irregularidade. Quem já residia no país enfrentou inúmeras dificuldades para renovar seus documentos, principalmente porque a Polícia Federal, a instituição responsável por implementar a política de migração e emitir documentos de residência, contava com menos vagas de agendamento e um acúmulo de solicitações desde o fechamento de seus escritórios no início da pandemia. Segundo os entrevistados, a emissão de documentação e os processos de regularização que costumavam levar três meses, agora levam de seis a nove meses e, em alguns casos, mais de um ano. Além disso, todos os procedimentos migraram para um formato on-line, o que representa um ônus adicional para as pessoas que não têm as ferramentas tecnológicas e/ou conhecimento para acessar esses serviços. Embora o governo tenha editado uma portaria (Portaria Nº 18-DIREX/PF) determinando a prorrogação automática de documentos expirados, os entrevistados relataram que diferentes instituições públicas ainda exigem documentos atualizados, aparentemente desconhecendo os novos regulamentos

Desde o início da pandemia, mais de 20 portarias relacionadas ao fechamento de fronteiras foram emitidas pela Casa Civil da Presidência da República, pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública e pelo Ministério da Saúde. Esses instrumentos legais não honram o compromisso internacional do Brasil em proteger as pessoas que buscam refúgio e/ou precisam de proteção humanitária (um dos emblemas da

política de migração brasileira). Por exemplo, a Portaria 255 de 22/05/20 criou uma brecha legal que impossibilita, na prática, a solicitação de refúgio (veja a Seção 5.1.3). Apesar dos obstáculos enfrentados pelos migrantes que já estavam vivendo no país, os entrevistados enfatizaram que as pessoas recém-chegadas foram as mais afetadas pelas mudanças na gestão da migração.

Assim, o fechamento das fronteiras teve duas consequências principais: i. um aumento do número de pessoas que entram no país por meio de vias não oficiais (trochas), levando a um aumento no número de migrantes com status irregular; ii. possíveis mudanças na governança da mobilidade a médio e longo prazo (veja a Seção 5.1.3).

A irregularidade cria uma cadeia de outros problemas. Como diversas vezes afirmado pelos entrevistados, um dos impactos mais visíveis está na busca por emprego formal, pois as empresas são impedidas de contratar pessoas sem documentação regular ou, em muitos casos, discriminam aqueles com status legal temporário ou já vencido. O fenômeno apenas contribui para o aumento do desemprego, especialmente no setor de hospitalidade, onde vários migrantes e refugiados trabalhavam. Como resultado, muitas pessoas que tinham anteriormente empregos formais foram levadas ao setor informal. Devido às frequentes medidas de lockdown, atividades como venda de alimentos foram constantemente interrompidas e as famílias que dependiam desses negócios para sobreviver relataram perdas consideráveis na renda. De acordo com os entrevistados, uma consequência dessas dificuldades parece ser o crescente número de migrantes que aceitam trabalhos em condições análogas à escravidão. Essas situações não são novas<sup>7</sup>, mas certamente ganharam novo ímpeto durante a pandemia.

#### ii. Aumento das vulnerabilidades socioeconômicas

As dificuldades financeiras também levaram as pessoas a depender quase totalmente dos benefícios oferecidos pelo Estado. Diferente de outros países na América Latina, a lei brasileira garante a todos os migrantes, independentemente de seu status legal, o acesso à proteção social (Vera Espinoza et al., no prelo). No entanto, como indicado na seção 4.1, as OSCs e a Defensoria Pública frequentemente precisam lutar por esses direitos. Os entrevistados mencionaram vários obstáculos práticos encontrados por migrantes e refugiados ao tentar acessar os programas estatais de apoio durante a pandemia, especialmente o Auxílio Emergencial.<sup>8</sup> O mais óbvio deles é a irregularidade, pois muitos migrantes, especialmente aqueles que chegaram recentemente ao país, não têm os documentos necessários para a requisição do auxílio, tais como CPF ou Registro Nacional Migratório. A desinformação, as barreiras de idioma e dificuldades de acessar o sistema on-line do governo também são outros desafios citados. De acordo com um entrevistado, um processo semelhante aconteceu com alguns tipos de ajuda humanitária:

Segundo 19 dos 25 entrevistados, a vulnerabilidade econômica também impactou a capacidade dos migrantes de enviarem dinheiro e bens a suas famílias no país de origem. A queda nas remessas decorre de três fatores principais: uma forte alta no desemprego, na inflação e o aumento da incerteza. Alguns entrevistados afirmaram que migrantes frequentemente querem ajudar as famílias em detrimento de si mesmos. Por isso, muitas vezes, eles priorizam as remessas em relação ao seu próprio bem-estar no Brasil. A incapacidade dos migrantes de enviar remessas também incentiva a entrada irregular dos membros da família que permaneceram no país de origem. De acordo com os entrevistados, esse é o caso especificamente de venezuelanos, que são altamente dependentes de atividades transfronteiriças.

Outro desafio apontado pelos entrevistados é a crescente privação alimentar e insegurança habitacional vivida por migrantes e refugiados. Como muitas pessoas não têm contratos formais, os proprietários podem facilmente rescindir locações. Dificuldades para pagar o aluguel forçaram muitos migrantes a viverem em situação de rua, dividir casas ou



**Um dos desafios é o acesso a auxílio financeiro, seja ele o Auxílio Emergencial ou ajuda humanitária [...] há muitos projetos internacionais que precisam informar a residência dos beneficiários e o tipo de suporte fornecido para cada pessoa. Não é possível registrar pessoas dessa forma [sem documentos].**

(Representante de Organização Religiosa, Brasília)

<sup>7</sup> <https://reporterbrasil.org.br/2019/12/pacto-pelo-trabalho-decente-nas-confeccoes-de-sao-paulo-completa-10-anos/>  
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-01/brasil-teve-mais-de-mil-pessoas-resgatadas-do-trabalho-escravo-em>

<sup>8</sup> O Auxílio Emergencial é um esquema de assistência direcionado a adultos com mais de 18 anos que exerçam trabalhos informais de baixa renda. O trabalho de baixa renda é definido como aquele que remunera menos da metade do Salário-Mínimo Nacional. O valor do benefício foi definido inicialmente em R\$600/ mês (USD\$116/ mês) por um período de três meses, começando em abril de 2020. O auxílio foi estendido por mais dois meses – julho e agosto (Dec.10.412/30 de junho). Em setembro de 2020, o governo decidiu estender o auxílio por mais quatro meses, com um valor reduzido de 53 USD\$/mês (Medida Provisória 1000/2 de setembro).





retornar a abrigos geridos pelo governo. Em Boa Vista, a situação foi agravada pelo despejo de migrantes vivendo em assentamentos informais – ação essa conduzida pela prefeitura e pelas forças de segurança durante a pandemia. Embora alguns migrantes tenham recebido ofertas de realocação para abrigos do governo, outros terminaram em situação de rua. Como representantes das OSCs no norte do Brasil destacaram várias vezes, as pessoas geralmente preferem viver nas ruas a retornar a esses espaços, onde sua autonomia e privacidade são gravemente restringidas. Conforme resumido por um representante de uma organização religiosa em Boa Vista: “os migrantes me contaram diversas vezes que voltar aos abrigos [administrados pela Operação Acolhida] é como estar regredindo muito. Desde que deixamos a Venezuela, temos regredido, temos perdido tudo.” Como resultado, não é raro encontrar várias famílias compartilhando pequenos apartamentos, onde as condições não permitem seguir as orientações de distanciamento social.

Outra barreira fundamental é o acesso desigual a serviços de saúde, o que, no caso dos migrantes, pode estar relacionado ao medo de deportação, barreiras linguísticas, maus-tratos e falta de treinamento do pessoal de saúde sobre os direitos dessas populações. É difícil determinar a prevalência de COVID-19 entre migrantes, pois os dados oficiais sobre o número de casos e mortes não são desagregados por nacionalidade. De acordo com os participantes da pesquisa, essa falta geral de informação tem afetado a capacidade das OSCs de promover políticas de saúde pública direcionadas

especificamente para migrantes e refugiados. A maioria dos representantes das organizações também enfatizou que os vários efeitos da pandemia sobre os migrantes também poderiam impactar negativamente a saúde mental dessas populações.

Embora a pandemia tenha afetado a maioria dos migrantes e refugiados no Brasil, seus impactos têm sido diferenciados de acordo com as características sociodemográficas, o tempo de chegada ao Brasil, entre outros. Pelo menos 10 dos 25 entrevistados indicaram que a pandemia teve um maior impacto sobre mulheres com crianças, dada a ausência de creches e oportunidades de trabalho. Muitos entrevistados relataram um aumento na violência doméstica contra mulheres migrantes. As crianças foram identificadas como um grupo fortemente afetado devido às dificuldades de acesso a documentos e à educação durante a pandemia.

Vários entrevistados relataram que diferentes grupos indígenas, especialmente as comunidades Warao deslocadas da Venezuela, foram atingidos pela pandemia devido às suas especificidades socioculturais e ao fato de que tendem a ter menos recursos financeiros e capital social do que outros migrantes. Não apenas as respostas do governo para essas populações foram insuficientes, como também não há consenso sobre soluções duradouras direcionadas a elas. Além disso, muitos Warao não estavam acostumados à vida na cidade e não falam espanhol ou português. Por isso, muitos terminaram trabalhando e vivendo nas ruas.

### iii. Estratégias de adaptação dos migrantes

Os migrantes adotaram duas estratégias principais para lidar com os desafios descritos acima: a primeira está relacionada à busca por fontes de renda alternativas e a segunda à articulação de redes de solidariedade entre migrantes (algumas vezes com o apoio de OSCs). De acordo com os entrevistados, um número cada vez maior de migrantes que perderam seus trabalhos estão agora empreendendo desde suas próprias casas, especialmente no setor de alimentos, apesar das dificuldades. Como enfatizado por um entrevistado de uma ONG em São Paulo:



**Muitas pessoas não têm espaço suficiente para desenvolver seus produtos em casa ou não têm uma boa conexão com a internet, o que dificulta fazer contato com os clientes. A mesma coisa acontece com relação ao idioma, já que eles podem até se comunicar bem pessoalmente, mas é mais difícil pelo telefone ou on-line. Algumas pessoas estão preparando alimentos e vendendo pelos aplicativos. Isso depende de quando chegaram e de quão bem falam português.**

(Representante de ONG em São Paulo)

A segunda estratégia está relacionada à articulação de redes de solidariedade entre migrantes. De acordo com vários entrevistados, muitas famílias de migrantes oferecem abrigo a outros migrantes que foram despejados durante a pandemia. Em outros casos, os migrantes compartilhavam informações importantes sobre como acessar os esquemas de proteção social do governo. Conforme um entrevistado de uma OSC no Rio de Janeiro informou, um grupo de venezuelanos criou vídeos em espanhol ensinando outros migrantes a acessarem o auxílio emergencial. Outro exemplo foi a criação da chamada “Solidariedade Boliviana”, uma grande articulação entre bolivianos para a distribuição de alimentos, que recebeu o suporte não apenas de OSCs, como também de outras comunidades de migrantes, principalmente coreanos e peruanos.

Outra estratégia importante adotada por migrantes durante a crise de saúde foi a reemigração, nacional e internacional. De acordo com alguns entrevistados, a crise de COVID-19 reforçou um padrão pré-pandêmico de reemigração aos Estados Unidos e Canadá. Outros decidiram voltar aos seus países de origem ou migrar a outras localidades dentro do Brasil, buscando melhores oportunidades econômicas ou a proximidade a familiares.



## 5.1.2 Papel das organizações de sociedade civil: lições e boas práticas

Como a pandemia aumentou a vulnerabilidade de migrantes e refugiados no Brasil, as demandas das organizações de sociedade civil também cresceram. Nesta seção, discute-se como as ONGs, organizações religiosas e organizações de migrantes adaptaram e responderam a essas necessidades crescentes. Enquanto o papel, a administração e os objetivos das organizações e grupos entrevistados diferem, assim como a região no Brasil em que estão localizadas, a maioria dos resultados aqui discutidos são comuns entre grupos.

### i. Organizações de Sociedade Civil: cobrindo as lacunas

O escopo da ação das OSCs no Brasil é tão amplo quanto seu alcance geográfico. Embora as atividades e os programas variem entre organizações dependendo da sua experiência, das suas estruturas organizacionais, e do tipo de financiamento, a maioria dos programas desenvolvidos por essas organizações abrange três áreas: suporte para migrantes e refugiados na chegada ao Brasil e durante o processo de integração; incidência política; e auxílio de emergência. Durante a pandemia, a maioria das organizações conseguiu continuar suas atividades apoiando a chegadas de migrantes e refugiados com programas como fornecimento de assistência linguística e jurídica, apoio na busca por empregos, capacitação profissional, informações sobre habitação e abrigos, assim como apoio no acesso a serviços públicos e documentação.

O tipo de auxílio que mais cresceu durante a crise de COVID-19 foi a assistência de emergência direcionada a cobrir necessidades básicas. Essa assistência de emergência inclui o fornecimento e/ou distribuição de alimentos e vouchers de refeição, kits de higiene, pagamentos de aluguel, por curto prazo, e distribuição de equipamentos de proteção individual (EPI), entre outros. Ao mesmo tempo, as OSCs tiveram um papel fundamental na provisão de informações sobre a prevenção à COVID-19, no acesso à documentação e no auxílio

a migrantes que buscassem requerer o Auxílio Emergencial bem como outros esquemas de proteção social. Em alguns casos, contribuíram com a implementação de protocolos de segurança em abrigos. Não houve diferenças significativas nas respostas à crise sanitária entre diferentes tipos de OSCs.

Há que se ressaltar que até mesmo as organizações de migrantes, cujas atividades habituais não necessariamente incluíam a provisão de assistência direta, mudaram seu escopo de atuação durante a pandemia. Por exemplo, uma das organizações de migrantes entrevistadas em São Paulo estabeleceu novas parcerias com a Cruz Vermelha brasileira e com o município de São Paulo para distribuir kits de higiene entre migrantes, assim como parceiras com empresas privadas e a OIM para distribuir alimentos. Embora essas mudanças sejam bem-vindas, muitos entrevistados concordam que essas não são atividades que desejam realizar por muito tempo. Como um representante de uma organização de migrantes em São Paulo declarou: “não queremos continuar a distribuir alimentos, queremos oferecer emprego para as pessoas”.

A maioria das organizações relataram que mantêm as mesmas fontes de financiamento, embora algumas tenham precisado redirecionar o financiamento para programas de assistência emergencial. No entanto, pelo menos 10 dos 25 entrevistados informaram ter aumentado o financiamento por meio de novos projetos ou novas parcerias durante a pandemia, enquanto algumas organizações relataram perda ou falta de financiamento durante este período. O aumento nas parcerias não é surpreendente, pois as OSCs e organizações de migrantes costumam ter contatos melhores no terreno e podem alcançar diretamente as comunidades de migrantes. No entanto, muitas organizações enfatizaram nas entrevistas que, em alguns casos, não puderam lidar com o aumento na demanda por alimentos ou outras necessidades básicas durante a pandemia. Por exemplo, uma organização em Manaus declarou que, embora tivesse alimentos, não contava com capacidade operacional de distribuição. Por isso, a instituição doadora precisou contratar um especialista em logística que lidasse com a nova demanda. Outra organização em São Paulo declarou que alguns migrantes não tinham, sequer, os recursos para pagar pelo transporte para buscar as cestas básicas.

Outro problema relacionado à distribuição de alimentos surgiu em relação às especificidades socioculturais da comunidade Warao. Como declarado por uma organização no estado da Bahia, eles não puderam fornecer alimentos para esse grupo indígena, pois “os Warao comem alimentos específicos, eles não comeriam o que era fornecido na cesta básica”. Esse problema traz à tona a uniformidade de alguns programas de assistência emergencial, os quais frequentemente desconsideram as particularidades de diferentes comunidades de migrantes.

Muitas OSCs também relataram não conseguir acompanhar as demandas crescentes, pois não tinham recursos financeiros ou humanos suficientes. Como enfatizado por uma organização em São Paulo, “não temos os recursos econômicos para ajudar todos os migrantes que precisam de ajuda com aluguel, eletricidade, água etc. Estamos restritos às doações que recebemos”. Em Brasília, uma organização religiosa declarou que queria prestar serviços além da assistência de emergência, mas não foi possível: “Queríamos acompanhar sistematicamente a população de migrantes infectada com o vírus para garantir a atenção necessária, mas ficamos sobrecarregados com o aumento da demanda por outros serviços básicos.”

A importância crescente da Sociedade Civil, incluindo organizações de migrantes, no fornecimento de assistência emergencial durante a pandemia causou dois problemas, de acordo com os entrevistados. Por um lado, muitos precisaram redirecionar os recursos de atividades de incidência política e integração socioeconômica para cobrir o aumento da demanda por assistência emergencial. Por outro lado, a crise de COVID-19 deixou ainda mais a mostra a omissão do Estado brasileiro em relação a migrantes e refugiados, assim como a falta de conhecimento sobre essas comunidades nos setores público e privado. Um dos representantes de uma ONG em Manaus declarou que a pandemia está evidenciando a dependência do Estado sobre as Organizações das Nações Unidas e da Sociedade Civil. Por isso, “há uma sobrecarga sobre as OSCs, que estão cobrindo as lacunas deixado pelo governo” (representante de ONG em São Paulo).

### ii. Trabalho híbrido e o uso da tecnologia

As medidas de lockdown local e distanciamento social levaram a maioria das organizações a ter de, rapidamente, se adaptar a novas formas de trabalho. A maioria das organizações estava acostumada a prestar serviços e assistência de forma presencial. As OSCs mudaram toda a prestação de serviços para um formato on-line ou adotaram modos de trabalho híbrido, mantendo apenas alguns serviços em formato presencial e transferindo os demais para o modo online ou por telefone. Essa mudança exigiu o investimento em tecnologia digital e conectividade, assim como treinamento da equipe e dos usuários sobre como usar as novas plataformas, incluindo aquelas criadas pelo setor público.

A adaptação a essa nova realidade foi um assunto muito comum nas entrevistas, como enfatizado por dois membros de organizações em São Paulo e Porto Alegre:



**Quando a pandemia chegou, tivemos que nos adaptar. No ano passado começamos a fazer tudo on-line, por exemplo, a prestação de serviços jurídicos. Enviamos para os migrantes um formulário do Google, onde eles se registravam de modo on-line, e onde mantemos um registro para realizar entrevistas.**

(Representante de ONG em São Paulo)



**“Foi necessário adaptar a forma em que trabalhamos e reduzir a burocracia o máximo possível. Por exemplo, começamos usando o Teams, mas era uma plataforma difícil para o público que atendemos. (...) Por isso, decidimos comprar celulares para a equipe, para que pudessem se comunicar diretamente por telefone ou WhatsApp. E se eles não tiverem um telefone, ainda temos alguns serviços.”**

(representante de organização religiosa em Porto Alegre)

Trabalhar on-line levou algumas organizações a criar, reativar ou intensificar o uso de suas contas de redes sociais, ao mesmo tempo em que adotavam outras plataformas, como WhatsApp, Zoom, Facebook, Google Meets e Youtube, para fornecer programas e serviços, como treinamento remoto, incluindo aulas de português e serviços de elaboração de currículo. Em muitos casos, a produção ou entrega do material foi feita junto a universidades locais. As redes sociais também foram úteis para disseminar informações sobre medidas de prevenção contra a COVID-19, direitos de migrantes e refugiados e acesso a programas de assistência social.

O modelo híbrido de trabalho adotado pela maioria das organizações entrevistadas e a digitalização e tecnologização de determinados serviços (como a provisão de aulas de língua), permitiu abranger uma audiência maior do que aquela normalmente atingida. Como declarado por um representante de uma ONG em São Paulo:

**“Ano passado, oferecemos aulas de português para 415 migrantes. 30% deles não moram em São Paulo. Agora estamos auxiliando pessoas em 22 cidades e também mais pessoas em outros países. Atendemos pessoas na Venezuela e Síria que virão ao Brasil, porque queriam chegar com algum conhecimento do idioma.”**

(representante de uma ONG em São Paulo)

Os serviços em meio digital também levaram ao estabelecimento de parcerias com organizações de cidades diferentes. Essas podiam tanto compartilhar experiências, quanto apoiar-se mutuamente em atividades de incidência política. No entanto, essas novas formas de trabalho também têm limitações, visto que, em muitos casos, os migrantes ou voluntários não contam com os recursos ou conhecimento para lidar com as novas tecnologias. Em alguns casos, como em uma ONG em São Paulo, esse problema levou a uma redução no número de voluntários em cerca de 50%, o que também impactou no número de pessoas assistidas pela organização: “de forma geral, até o final de 2020, auxiliamos 50% menos refugiados do que no ano anterior, cerca de 1.000 pessoas de diferentes lugares. Em 2019, fornecemos ajuda para mais de 2.300 pessoas”. No caso de organizações que trabalham com migrantes em situação de rua ou comunidades Warao sem acesso à tecnologia ou conectividade, o trabalho remoto não era uma opção. Entre organizações de migrantes, o principal desafio foi continuar com atividades sociais e culturais para promover inclusão ou orientação para recém-chegados.

Face a esses desafios, muitas OSCs em diferentes cidades brasileiras trabalharam ativamente para figurar como centros de assistência a migrantes e refugiados.



**Nós representamos um ‘porto seguro’, especialmente em uma época em que tantas fake news estão circulando e em que algumas pessoas estão tentando tirar proveito da desinformação.**

(Representante de organização religiosa de Brasília)



### iii. Parcerias

As colaborações lideradas por OSCs cresceram significativamente durante a pandemia, como enfatizado por 22 entrevistados. Entretanto, manter essas parceiras, antes e durante a pandemia, não foi tarefa fácil. Como declarado por um representante de uma ONG em São Paulo, as divergências persistiram sobre a melhor forma de fornecer ajuda (por exemplo, políticas assistencialistas versus de desenvolvimento, de forma presencial ou remota). Além disso, no passado, a escassez de financiamento também havia levado a confrontos entre organizações da sociedade civil e agências das Nações Unidas, assim como desentendimentos entre essas organizações e migrantes e refugiados (ver Vera Espinoza, 2018; Moulin, 2012). O aumento das vulnerabilidades dos migrantes como resultado da pandemia fez com que muitas dessas diferenças fossem deixadas de lado. Durante esse período, as OSCs aumentaram as parcerias formais e informais, para além do padrão antigo de colaboração (entre OSCs, IOs e setor público), incluindo agora conexões translocais com outras OSCs no Brasil, o aumento de parcerias com agentes privados e algumas iniciativas transnacionais com OSCs e organizações de migrantes na região.

Com o aumento da presença de várias Organizações Internacionais (IOs) no país, a maioria das OSCs e organizações de migrantes relataram a continuidade ou expansão de parcerias existentes com essas organizações. Essas incluem parceiros tradicionais como o ACNUR (pois muitas organizações recebem dinheiro para programas específicos ou trabalham como parceiros implementadores da agência) e mais recentemente com a OIM. As organizações presentes nas cidades do norte, como Manaus e Boa Vista, também estabeleceram cooperação com outras agências das Nações Unidas como UNICEF, UNFPA e ONU Mulheres, principalmente como parte da força tarefa humanitária coordenada pela Operação Acolhida do governo federal. Essas IOs foram fundamentais no fornecimento de cestas básicas e vouchers de alimentação, água e serviços de saúde, kits de higiene e abrigo etc. Os entrevistados também relataram parcerias novas ou ampliadas com organizações transnacionais, como a Fundação Panamericana para o Desenvolvimento, MSF, USAID, Visão Mundial, Caritas International e os Serviços Jesuítas Espanhois.

As OSCs também relataram um aumento na colaboração entre organizações da sociedade civil. Por exemplo, um representante de uma ONG na Bahia mencionou a criação uma “rede alternativa” de organizações de sociedade civil para trocar experiências e facilitar os encaminhamentos a outros serviços, enquanto ao mesmo tempo “trabalhavam coletivamente para pressionar o setor público a fazer seu trabalho”. Algumas organizações também relataram que algumas ONGs maiores têm apoiado organizações menores com doações.

Outro tipo de parceria importante que ganhou espaço durante a pandemia foi a colaboração com a Defensoria Pública da União (DPU) e com agentes privados. As OSCs trabalharam em colaboração com a DPU para liderar os esforços para proteger e defender os direitos dos migrantes e refugiados de acessar serviços de saúde e de assistência social. Por outro lado, a colaboração com agentes privados tornou-se possível por meio de doações (de empresas e indivíduos), distribuição de alimentos (desde parceiras com supermercados locais até alianças com empresas de alimentos já estabelecidas, como Sodexo e JBS) e acesso a empregos (em termos de capacitação e programas de empregabilidade).

Muitas organizações desenvolveram parcerias específicas com municípios para facilitar a distribuição de alimentos e outras doações, para dar treinamentos em saúde e conduzir outras campanhas de informação. Um entrevistado de uma ONG de Porto Alegre também enfatizou uma parceria informal com a Polícia Federal para o preenchimento de formulários de regularização. Em Roraima, uma organização colaborou com autoridades locais para registrar mais de 1.000 famílias venezuelanas no programa de auxílio financeiro emergencial.

Por fim, apenas algumas organizações entrevistadas mencionaram o estabelecimento de colaborações transnacionais a nível regional. Por exemplo, um representante de uma ONG em São Paulo chamou atenção para a mobilização da Sociedade Civil para garantir sua participação em uma audiência na Corte Interamericana de Direitos Humanos em março. Outras organizações de migrantes mencionaram sua participação na campanha transnacional #RegularizaçãoAgora liderada por migrantes na região.



#### iv. Desafios

Embora as organizações entrevistadas tenham demonstrado capacidade de adaptar rapidamente seu trabalho e a provisão de assistência às novas demandas impostas pela pandemia, esse processo não transcorreu sem desafios. Além da incapacidade de fornecer assistência presencial, algumas organizações, atentas a questões relacionadas a privacidade de dados, deixaram de depender de voluntários, já que não podiam fornecer a estes o acesso remoto a informações de migrantes e refugiados. Em alguns casos, a falta de assistência presencial dificultou a criação de um ambiente de confiança, o que é fundamental para o trabalho de assistentes sociais e profissionais que fornecem apoio em saúde mental.

Esses vários desafios no fornecimento de serviços também afetou a saúde mental e o bem-estar da equipe e de voluntários das organizações da sociedade civil. A falta de um horário de trabalho fixo e o aumento na demanda afetou a vida familiar e criou uma percepção de “trabalho sem fim”. Como discutido por um representante de organização religiosa em Brasília, “o trabalho humanitário exige muito da equipe envolvida. Geralmente exige compromisso em tempo integral”. Em resposta, a organização está buscando implementar atividades de “cuidado aos cuidadores”, além de planejar melhorar a remuneração da equipe. No mínimo sete organizações entrevistadas relataram aumento de problemas de saúde mental e intensificação da pressão psicológica sobre a equipe. Como mencionado por um entrevistado em São Paulo, os migrantes enviavam fotos de suas geladeiras vazias, o que criava enorme sensação de impotência sobre o time.

Um segundo desafio relatado pelos entrevistados foi a necessidade de se afastar de atividades emergenciais para priorizar a integração a longo prazo e soluções duradouras (ver Seção 5.1.3). Nas palavras de um membro da equipe de uma organização religiosa em Boa Vista,

**“precisamos estruturar nosso trabalho visando soluções duradouras. Por exemplo, deveríamos acompanhar as famílias por um longo período, ajudá-las a resgatar sua dignidade e recobrar a autossuficiência econômica. A ajuda é geralmente limitada no tempo e ninguém quer ser dependente pelo resto da vida”.**

(Representante de organização religiosa de Boa Vista)

Por fim, várias organizações, especialmente aquelas localizadas na fronteira norte, expressaram preocupação sobre a capacidade das OSCs de lidar com o aumento acentuado da imigração depois que as fronteiras fossem reabertas. Mais do que nunca, faz-se premente uma resposta sólida, organizada e coerente para atender às necessidades daqueles que buscam refúgio ou proteção humanitária.

#### 5.1.3 Recomendações para políticas públicas

Como documentado anteriormente (Vera Espinoza et al, no prelo), e confirmado por esta pesquisa, as OSCs e outros agentes não governamentais, como IOs, tiveram um papel complementar junto ao Estado brasileiro em termos da atenção às necessidades básicas e à integração socioeconômica de migrantes e outras populações vulneráveis. Esta seção resume as principais recomendações em termos de políticas públicas, especialmente em relação às lacunas de implementação, e como os governos podem se envolver com o terceiro setor para auxiliar e ampliar seu trabalho no que tange à integração de migrantes e refugiados na sociedade brasileira.

#### i. A necessidade de fortalecer a coerência entre políticas e práticas.

O Brasil é aclamado internacionalmente como líder e modelo na proteção de refugiados na América do Sul (ver seção 4.1) e a Nova Lei de Migração de 2017, como mencionado anteriormente, está focada nos princípios de proteção de direitos humanos e não discriminação. No entanto, os entrevistados indicaram de forma unânime a falta de coerência entre políticas e prática, visto que não há políticas nacionais e nem recursos financeiros disponíveis para implementar essas leis. Essas falhas na implementação das políticas não apenas restringem as perspectivas de integração socioeconômica e coesão social dos migrantes, como também levam a um preocupante grau de inércia institucional por parte do Estado, impondo um pesado fardo às OSCs. Isso se traduziu na adoção de mecanismos jurídicos ad-hoc criados para a admissão e assentamento de populações migrantes, com pouca articulação com outras políticas socioeconômicas intersetoriais. Como disse um dos nossos entrevistados:

**“A falta de protagonismo do governo não é novidade (...) eles permitem que as pessoas entrem no Brasil e busquem refúgio. A retórica do governo é de que ‘abrimos as fronteiras, permitimos que eles entrem, fornecemos documentação’. E, pela Constituição, os migrantes têm direito de acessar serviços de saúde e educação como qualquer outro cidadão brasileiro (...) o governo costumava dizer que estava fazendo um bom trabalho, mas em termos de moradia, acesso a trabalho, ensino do idioma etc., tudo é feito pelas OSCs.”**

(Representante de uma ONG em São Paulo)

Durante o governo de Jair Bolsonaro (2019 - até o momento), os valores progressistas dessas políticas têm sido repetidamente questionados, em prol de medidas populistas e nacionalistas. Bolsonaro não apenas retirou o país do Pacto Global pela Migração Segura, Ordenada e Regular, como a retórica, as políticas e as práticas do seu governo parecem mais alinhadas ao Estatuto dos Estrangeiros da era ditatorial, que considerava os migrantes como uma ameaça à segurança nacional (Zapata e Tapia, no prelo).

Nesse contexto, e alegando os riscos associados à pandemia, o governo fechou as fronteiras do país por meio de uma série de portarias que parecem discriminar explicitamente os venezuelanos. Embora as restrições de entrada tenham sido suspensas por via aérea desde julho de 2020, as restrições permanecem em vigor, por período indeterminado para pessoas provenientes da Venezuela por qualquer meio de transporte. Especialmente preocupantes são os precedentes impostos por esses instrumentos e suas consequências a longo prazo sobre a gestão nacional desse e de outros fluxos de migrantes considerados “indesejados”.



## ii. Identificando as carências na governança local da migração que limitam oportunidades de integração.

Uma segunda recomendação importante das OSCs de todo o país é a de lidar com problemas que afetam as vidas diárias dos migrantes e refugiados, assim como os fatores estruturais que podem promover sua integração a médio e longo prazo. Por um lado, foram levantadas questões sobre os níveis cada vez maiores de xenofobia e a urgente necessidade de uma campanha de conscientização pública nacional contra discriminação, para dar visibilidade à causa do migrante e ensinar a sociedade sobre os benefícios da migração, questões que são centrais para a nova Lei de Migração do país. Por outro lado, os entrevistados apontaram a necessidade de simplificar os processos de revalidação dos diplomas universitários estrangeiros, ouvir as necessidades e experiências dos migrantes e incentivar as empresas a contratar imigrantes. Em outras palavras, os participantes apontaram a necessidade de conscientizar as comunidades locais sobre os benefícios da diversidade étnica e racial:



**A sociedade brasileira deve entender que os migrantes estão aqui para ajudar (...) a integração dos migrantes não acontecerá por meio da Polícia Federal ou pelo Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), mas por meio de ações dos brasileiros.**

(Representante de uma organização de migrantes em São Paulo)

Um elemento fundamental dessa recomendação é abordar a falta generalizada de conhecimento no aparelho público sobre as especificidades e direitos das populações de migrantes e refugiados. Tomando proveito do conhecimento das OSCs, poderia haver mais capacitações de funcionários públicos, principalmente nas áreas de saúde, educação, habitação e outros serviços sociais.

Os entrevistados também enfatizaram a necessidade de uma melhor coordenação entre os diferentes níveis de governo (local, estadual e federal), e outros agentes-chaves, para poder responder adequadamente a desafios, talvez criando uma força-tarefa multinível, tal como proposto pela Nova Lei de Migração<sup>9</sup>. Nas palavras de um entrevistado:

**“A nível estadual e municipal, não temos uma resposta coordenada, e estas também diferem da resposta nacional. Mas, em geral, acho que um dos principais desafios é o reconhecimento dos migrantes como sujeitos de direitos, independentemente de sua nacionalidade. Acho que ainda há uma falta de reconhecimento do setor público de que migrantes e refugiados também podem acessar a assistência social. Então, em algumas cidades, os migrantes enfrentam dificuldades para acessar esses direitos e serviços que não são destinados apenas aos brasileiros.”**

(Representante de uma organização religiosa de Porto Alegre)

No entanto, tratar essas lacunas exige levar em consideração as diferenças regionais e locais no país, incluindo os vários níveis das estruturas de acolhimento a migrantes, infraestruturas públicas e dinâmicas socioeconômicas.

## iii. Promoção de espaços de interação entre o Estado e as OSCs.

Outra recomendação importante está relacionada à melhoria da atitude do governo atual em relação às OSCs e à urgente necessidade de que o poder público forneça ajuda ao terceiro setor. Foram feitas solicitações para que o governo reduza o “ambiente geralmente hostil” em relação à sociedade civil e reconheça que esta faz grande parte do trabalho pesado em termos de execução de políticas públicas e, não raro, assume responsabilidades que são de atribuição do Estado. Nas palavras de dois entrevistados:

**“Costumamos dizer que é importante não isentar o Estado de seus deveres. É confortável para eles deixarem as organizações de sociedade civil assumirem toda a responsabilidade. É por isso que precisamos de mais trabalho de incidência política. Não podemos apenas responder às emergências. Precisamos exigir soluções duradouras das autoridades públicas [...] Temos uma lei nacional, mas não há capacidade de implementação nos estados e municípios, onde a vida está acontecendo.”**

(Representante de uma organização religiosa de Brasília)

**“Tenho a sensação de que nossos esforços como uma sociedade civil estão apenas apagando incêndios e não estamos realmente resolvendo problemas. Isso acontece porque não há política pública: estamos lutando para garantir a sobrevivência das pessoas.”**

(Representante de uma organização religiosa em Roraima)

Algumas ideias para auxiliar o trabalho das OSCs incluíram a criação de um fundo para assistência financeira permanente e oferta de espaços de trabalho para as organizações, já que manter escritórios, principalmente nas grandes cidades, consome grande parte de seus orçamentos. De modo a atender adequadamente migrantes e refugiados, os participantes também sugeriram a expansão de parcerias entre ONGs e outros atores por meio de convocatórias estatais e público-privadas. Os participantes também recomendaram a abertura ou a manutenção de espaços de diálogo, garantindo, assim, que OSCs tenham voz no desenvolvimento de políticas públicas que respeitem os direitos dos migrantes e que sejam baseadas em evidência.

As boas práticas que poderiam ser reproduzidas incluem o espaço que a sociedade civil tem atualmente no CONARE, assim como nos comitês estaduais que reúnem várias OSCs e agentes do Estado, como o Comitê Estadual de Atenção ao Migrante, Refugiado e Apátrida, Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Erradicação do Trabalho Escravo (COMITRATE), que existe em todo o país (ACNUR, 2021; Ministério da Justiça, 2021).

## iv. Aumentando a representação e participação do migrante na tomada de decisão.

A última recomendação realizada pelas OSCs é de colocar em prática as disposições da nova Lei de Migração sobre a participação dos migrantes na vida pública. Embora a lei não estenda o direito de voto aos imigrantes, ela garante o direito e promove a participação no “diálogo social para formulação, implementação e avaliação de políticas de migração” (Seção II, XIII). Nesse sentido, os entrevistados enfatizaram alguns pontos-chave, como a escuta de refugiados e imigrantes, especialmente de organizações de migrantes, disponibilizando mais recursos e destacando seu papel ativo na sociedade. Os participantes também recomendaram aumentar os espaços formais de participação dos migrantes nos processos de tomada de decisão, por exemplo, envolvendo-os localmente ou contratando líderes das comunidades de migrantes de diferentes nacionalidades (haitianos, venezuelanos, cubanos, senegaleses etc.) para representar cada uma e potencializar o impacto das políticas públicas. Uma boa prática nessa área é aquela implementada através do Conselho Municipal de Imigrantes (CMI) de São Paulo, um órgão consultivo com representação paritária entre servidores públicos e organizações de sociedade civil, incluindo migrantes e suas organizações, responsável por formular, implementar e monitorar a política municipal de 2016 para a população migrante (Prefeitura de São Paulo, 2021).

<sup>9</sup> Lei 13.445/2017, artigo 120: “A Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia terá a finalidade de coordenar e articular ações setoriais implementadas pelo Poder Executivo federal em regime de cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com participação de organizações da sociedade civil, organismos internacionais e entidades privadas, conforme regulamento”.



## 5.2 Resultados na Índia

### 5.2.1 Desafios enfrentados pelos migrantes durante a pandemia

#### i. Forte impacto na subsistência

A empregabilidade e a duração da residência em uma região específica determinaram o nível de desafios enfrentados por migrantes durante a pandemia de COVID-19 na Índia, pois as vulnerabilidades pré-existentes aumentaram. A perda repentina de trabalho foi um dos principais desafios enfrentados por migrantes, impactando diretamente a sua subsistência. Não apenas a perda do emprego, como também o não pagamento de salários e pagamentos retroativos, significou que os migrantes não poderiam mais pagar aluguel, tornando-se desabrigados. Muitos empregadores não forneceram informações ou assistência. De acordo com um representante de uma ONG “imagine perder seu trabalho e sua habitação ao mesmo tempo”. A falta de informação causou pânico e medo nas pessoas.

Inicialmente, durante o lockdown, eles puderam se manter com as economias limitadas que tinham. Conforme o período se ampliou, muitos buscaram voltar para casa, mas não tinham os recursos nem o transporte. Até mesmo aqueles que conseguiram voltar para sua terra de origem, enfrentaram problemas relacionados à quarentena. Embora alguns migrantes tenham ficado em centros de quarentena com instalações mínimas por 14 a 20 dias em áreas rurais, outros apenas desapareceram com a ajuda de seus familiares e ficaram escondidos, pois estar em quarentena não era considerado bom. Além disso, aqueles que voltaram para seu local de origem acabaram tendo que cultivar ou vender vegetais, pois as áreas rurais não oferecem muitas oportunidades. A fome e a falta de alimentos foi outro desafio, junto com os problemas de saúde. Os migrantes enfrentaram dificuldades de retorno tendo em vista a pandemia e as necessidades do cuidado com a família, do alcance de condições materiais básicas do dia-a-dia, do uso do transporte e da falta de recursos

para sua própria mobilidade. A brutalidade da polícia local continua sendo uma das memórias traumáticas da pandemia. Em alguns casos, os migrantes também tiveram surtos mentais. As incertezas futuras pairavam muito em suas mentes.

Não há mecanismo de ajuda para o retorno dos migrantes. Aqueles em retorno do Golfo para Telangana gastaram um valor exorbitante em voos fretados e unidades de quarentena para voltar. A pandemia atingiu a população refugiada de forma particularmente forte na Índia. Comparado com a população geral, um número muito maior de refugiados sofre de depressão, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) ou esquizofrenia, devido às experiências traumáticas da guerra e da perseguição sistemática. Para muitos, a pandemia significou a interrupção do acesso a apoio psicossocial, cuidado psiquiátrico e medicamentos. Além dos desafios de subsistência, moradia e saúde, a suspensão temporária das atividades de determinação de Status de Refugiado (RSD) da ACNUR durante o lockdown afetou severamente aqueles cujos casos ainda estão pendentes, assim como os que ainda não se registraram na ACNUR. A comunidade de refugiados respondeu a esses desafios de formas diferentes: enquanto alguns decidiram voltar para o país de origem devido às crescentes dificuldades de garantir uma vida digna na Índia, outros decidiram permanecer e esperar que seus casos sejam processados pela ACNUR. Um entrevistado informou que “o voto da Índia pela adoção do Pacto Global sobre Refugiados (PGR) em dezembro de 2018 é um desenvolvimento promissor”.

No caso de migrantes internacionais/migrantes de retorno, a perda de empregos impactou diretamente nos recebimentos, afetando a renda individual e a renda nacional. Como o transporte estava fechado, os migrantes não puderam enviar dinheiro para suas famílias em casa. Esta situação agravou a situação econômica e de subsistência dos migrantes e seus dependentes.

#### ii. Vulnerabilidades socioeconômicas

Entre os grupos mais vulneráveis identificados pelos entrevistados estavam a comunidade de idosos, mulheres, crianças e transgêneros. As mulheres sofreram mental e fisicamente devido à violência doméstica. Para as crianças, a educação foi impactada, pois as escolas foram fechadas e o acesso ao aprendizado on-line não era possível para todas as crianças. Conforme mencionado pelos representantes de duas organizações: “se você analisar o padrão dos trabalhadores migrantes na Índia, eles pertencem aos Dalits, Adivasis, Muçulmanos e outras classes consideradas baixas. Este grupo social também é responsável por grande parte da população da Índia. São eles que têm dificuldades em voltar para casa e encontrar trabalhos.” Entre os trabalhadores migrantes, as mulheres tendem a trabalhar na indústria, incluindo comércio de roupas, hotelaria, beleza, plantação, construção, todos profundamente impactados pela pandemia. Também enfrentaram outras ameaças, incluindo abuso sexual e físico e questões de segurança nos centros de quarentena. As crianças ficaram mais vulneráveis devido ao desafio da falta de imunização e alimentos nutritivos, pois os Anganwadis<sup>10</sup> estavam fechados durante o lockdown. Uma grande preocupação foi a falta de acesso às unidades de saúde pública, especialmente para mulheres grávidas e idosos. Muitos idosos também trabalham como operários para viver e se sustentar com o pagamento diário. Com a repentina imposição do lockdown, os idosos ficaram sem remuneração ou economias, além de estar em maior risco com a COVID-19.

Para a comunidade transgênero, a fonte mais importante de renda é o que eles recebem em cerimônias de casamento, nascimentos e outras reuniões sociais. Devido ao lockdown e distanciamento social, a fonte de renda foi gravemente afetada. Além disso, eles também sofreram com a fome. Como muitos deles não têm documentos válidos, os transgêneros não podem receber o auxílio fornecido pelo governo. Muitos grupos étnicos na Índia trabalham no setor da cultura e música. Por

exemplo, os Manganiars de Rajasthan viveram por séculos tocando sua música e agora não podem fazer apresentações, o que afetou seu sustento. Além disso, os solicitantes de refúgio e refugiados Chin relataram um aumento no comportamento xenófobo da comunidade local.

#### iii. Resposta dos migrantes à pandemia

Os próprios migrantes encontraram formas de responder à crise. Eles se esforçaram para voltar para casa e se sustentar. Alguns deles que vendiam vegetais ou puxavam riquixás iniciaram empreendimentos semelhantes. Em particular, as mulheres foram mais ativas na formação de grupos de autoajuda e outras iniciativas lideradas pela comunidade. Coletivos como grupos de autoajuda, grupos feministas, grupos de jovens e grupos religiosos assumiram a liderança para ajudar os migrantes vulneráveis, apesar dos vários desafios de mobilidade, infecção, estresse financeiro etc. Alguns migrantes se dedicaram até mesmo à agricultura e à pesca. As medidas para lidar com a situação incluíram o empréstimo de dinheiro de agiotas locais a uma taxa muito alta. Um entrevistado disse que

**“os migrantes são pessoas trabalhadoras que não dependem de caridade de ninguém, eles não querem depender de caridade, mas estão sendo forçados a isso”.**

(Representante de uma ONG, Mumbai, Índia)

No entanto, em alguns outros casos, os migrantes dependem muito da assistência do governo, como para conseguir alimentos, instalações médicas e outros itens altamente subsidiados ou gratuitos. Todos os entrevistados expressaram um sentimento: a perda de esperança e a sensação de não terem o apoio de seus empregadores e, mais importante ainda, o governo os impede de voltar para as grandes cidades. Embora a pandemia tenha impactado a Índia urbana e rural, nas vilas, os migrantes têm algum tipo de sistema de apoio ou uma rede de familiares que os ajudam em caso de extrema necessidade.

<sup>10</sup>Anganwadi é uma palavra hindi que pode ser traduzida como “Centro de Assistência às Crianças”.



## 5.2.2 Papel das organizações do terceiro setor: lições e boas práticas

As condições críticas de sofrimento social formam a base sobre a qual grandes esforços do terceiro setor na Índia surgiram no contexto da COVID-19. A pandemia e os lockdowns resultantes na Índia foram medidas reativas tomadas pelos governos para conter a propagação da pandemia que desencadeou crises de grande escala para migrantes e suas famílias, como destacado acima. Os esforços para abordar as ameaças inesperadas à saúde levaram ao deslocamento de milhões, muitos dos quais já eram migrantes ou estavam à margem da sociedade. Como essa população vulnerável se deparou com o grande desafio de sobreviver no curto e imediato prazo, o terceiro setor enfrentou imensos desafios sociais e operacionais, pois rapidamente ampliou e expandiu as operações locais para oferecer alimentos, abrigo, kits sanitários e orientação a milhões de migrantes em perigo em meio ao caos (ET Government, 2020)

### i. A contribuição das OSCs para superar alguns dos desafios dos migrantes

Para ajudar os migrantes, muitas organizações foram além de sua capacidade, apesar da ameaça da COVID-19. A falta de mobilidade urbana não impediu que essas organizações fizessem seu trabalho. De acordo com os entrevistados, suas organizações tentaram fornecer o essencial diário para os migrantes, com a distribuição de kits de alimentos crus e cozidos para os migrantes, por exemplo. De acordo com os entrevistados, as cestas básicas geralmente consistiam em arroz, trigo, legumes, pasta de dente, cebolas e batatas em diferentes quantidades. Os entrevistados revelaram que o programa do governo de distribuição gratuita de alimento foi benéfico durante o lockdown. Também foi valorizada a abertura de depósitos de Cooperação Alimentar da Índia para as organizações ajudarem as agências do governo a distribuir alimentos, permitindo o acesso a a um custo menor de distribuição. Um entrevistado disse que sua organização serviu durante 21 dias alimentos e água para os migrantes e suas famílias. Para as crianças, as organizações distribuíram lápis, borracha e cadernos de desenho.

Algumas organizações focaram na distribuição de máscaras e álcool-gel para migrantes e centros de quarentena, respectivamente. Elas também transmitiram curtos vídeos nas redes sociais sobre como usar os higienizadores e outras diretrizes sobre a pandemia. As OSCs também organizaram acampamentos para fornecer informações e programas de conscientização sobre a saúde. Vários entrevistados confirmaram que suas organizações realizaram testes de COVID-19 e também ajudaram na obtenção de permissões de movimentação para migrantes. Uma organização motivou as pessoas oferecendo o “Prêmio Karmveer Yoddha” para aqueles que contribuíram de alguma forma durante a pandemia na Índia. Algumas organizações ajudaram especificamente migrantes não documentados que ficaram sem acesso aos serviços do governo. Serviços médicos imediatos também foram fornecidos para os migrantes que estavam em necessidade, com a ajuda de algumas OSCs. Uma organização contratou trabalhadores migrantes repatriados para limpar rios e poços das aldeias em troca de cestas básicas e alimentos para semanas. Outra organização iniciou o esquema “Pavitra Buddha”, em que as pessoas depositavam aquilo que não mais usavam (alimentos, roupas ou qualquer outra coisa) para distribuição entre migrantes e outros trabalhadores em necessidade.

No caso da migração de retorno do Golfo, uma OSC ajudou a criar um ambiente de confiança entre os trabalhadores para que estes permanecessem no Golfo, evitando o pânico e seguindo os protocolos internacionais. Outra OSC também ajudou trabalhadores sem documentos nos países de destino a serem testados e ofereceu suporte para repatriação. Quando a missão Vande Bharat foi declarada pelo governo indiano para repatriação, a OSC forneceu auxílio aos trabalhadores migrantes para obtenção de passagens aéreas e fornecimento de auxílio financeiro. Para os migrantes que retornavam a pé para suas cidades de origem, as ONGs ofereceram água, comprimidos multivitamínicos, comprimidos de proteína, absorventes higiênicos para as mulheres, máscaras, luvas etc. Também foram distribuídas cestas básicas com arroz, cereais e pão.

As organizações iniciaram ações de auxílio para solicitantes de refúgio e refugiados em busca de assistência jurídica. Eles produziram material de comunicação sobre a prevenção da COVID-19, incluindo informações sobre redes de ajuda e hospitais do governo, em diferentes idiomas, e mantiveram o contato com líderes das comunidades para divulgar mensagens importantes sobre decretos do governo. As organizações também conectaram os refugiados e solicitantes de refúgio a várias ONGs locais, em termos de localização, para serviços essenciais e acesso a itens básicos. As respectivas organizações conectaram mulheres às organizações que prestam socorro às vítimas de violência doméstica. Acima de tudo, as organizações também identificaram casos vulneráveis para a ACNUR e suas organizações parceiras para garantir que as pessoas não ficassem de fora da rede de segurança. O trabalho remoto da ACNUR e suas organizações parceiras significa que as pessoas vulneráveis não conseguem acessar serviços de imediato. Os refugiados não gozam de altas taxas de integração e inclusão na Índia, e a pandemia apenas piorou esse cenário, pois os refugiados estão lutando por menos empregos no setor informal. Um entrevistado enfatizou que

**“como um principal agente na região do Sul da Ásia, a Índia deve ter um papel ativo na criação e construção de um mecanismo regional para a proteção do refugiado e soluções duradouras, conforme previsto pelo Pacto Global para os Refugiados”.**

(Representante de uma ONG, Índia)

### ii. Desafios enfrentados pelas OSCs

Em termos de gaps, a falta de comunicação com autoridades e a falta de financiamento e recursos foram grandes problemas. As organizações mencionaram a política de banco de votos por alguns políticos locais e empresas. O acesso à saúde era ruim. A incapacidade de viajar para áreas remotas também foi um desafio. No entanto, algumas organizações acreditam que, com

planejamento e gestão adequados, alguns desafios da falta de recursos e financiamento podem ser superados.

O reconhecimento das organizações e seu trabalho pelo governo foi um grande desafio no Golfo. Sem a autorização, o suporte e o auxílio do governo, é difícil ajudar os trabalhadores migrantes. Além disso, nenhuma assistência financeira foi fornecida para os trabalhadores migrantes pelo governo indiano. A missão de repatriação iniciada pelo governo da Índia foi uma missão paga. Trabalhadores migrantes presos deviam arcar com os custos da viagem, assim como permanecer por 14 dias em um centro de quarentena. No entanto, esses migrantes já precisavam desesperadamente do apoio do governo. Eles não puderam arcar com os custos das passagens aéreas e dos centros de isolamento. Apenas alguns poderiam retornar.

### iii. Boas práticas

No que diz respeito às boas práticas, alguns entrevistados destacaram que o governo de Kerala concedeu um valor de 5.000 rúpias indianas para aqueles que não puderam voltar ao trabalho durante a pandemia. Também foram concedidas 10.000 rúpias indianas para membros da família que vieram à óbito por COVID-19. Além disso, o auxílio para a reintegração dos trabalhadores migrantes que retornaram também foi anunciado por meio de empréstimos de reintegração. Uma das boas práticas mencionadas pelos entrevistados foi o Departamento de Trabalho e Competências conforme o governo de Kerala, que apresentou o AAWAZ, um Programa de Seguro para Trabalhadores Convidados. Além disso, uma ONG tem planejado pressionar o governo a criar “cartões de ID de trabalho” para todos os trabalhadores a fim de conceder reconhecimento na sociedade. Além disso, estão pensando em criar um espaço recreativo para crianças em locais em construção. Eles receberão também aulas sobre higiene básica, o valor da economia etc. O governo de Maharashtra construiu grandes casas de abrigo que acomodam de 3.000 a 5.000 migrantes. Foram oferecidos alimentos, ajuda médica e água. Pontos



de carregamento para celulares estavam próximos das camas. Além disso, foram oferecidos itens esportivos para melhorar a qualidade do tempo passado nas casas de abrigo.

Como exemplo de boa prática, uma organização estabeleceu uma política de “Serviço de Ajuda de Emergência” oferecendo um número de atendimento ao cliente para as pessoas pelo Magistrado do Distrito Local em Bihar. O número permitia que indivíduos em dificuldade obtivessem ajuda do governo local, como cuidados com a saúde, alimentos etc. Essa política foi muito eficaz e ofereceu grande ajuda para 2.500.000 migrantes que cruzaram a “fronteira de Karmnasa” em Bihar.

Outra OSC declarou que muitas medidas foram feitas pelo governo no papel, mas que, na prática, não aconteceu muita coisa. Um entrevistado mencionou que “se não fossem as ONGs e o trabalho delas, haveria uma situação ainda pior para os migrantes”. Uma organização disse que as diretrizes emitidas pela administração local foram boas. O monitoramento feito pela política local foi muito útil, pois cobraram daqueles que não usaram máscaras e ignoraram as diretrizes do governo. Eles obrigaram as pessoas a seguir as regras. Também foram observadas as orientações de saúde dos hospitais.

#### **iv. Colaboração, parcerias e financiamento**

Sobre parcerias e colaborações, uma empresa disse que colaborou com o Parlamento internacional de Kerala. Foi criada uma “linha especial” de “grupos da comunidade” para auxiliar os trabalhadores migrantes. Além disso, a empresa trabalhou com a organização estabelecida pelo governo, “Norka Roots”, o Parlamento Internacional de Kerala e seus grupos comunitários para ajudar pessoas

com assistência médica e alimentos. Além disso, foi associada com o “Fórum de Migrantes na Ásia”. Um grande número de organizações da diáspora se envolveu neste fórum, com diásporas provenientes de várias esferas da vida (advogados, imprensa, empreendedores, recrutadores).

Algumas organizações informaram que foram feitas colaborações com várias ONGs locais em diversas cidades. Algumas organizações colaboraram com o governo local para oferecer ajuda e, em troca, obtiveram a permissão para realizar suas funções. Uma organização colaborou com uma grande ONG nacional e também recebeu ajuda em termos de recursos.

Além disso, aplicativos como Whatsapp ajudaram a fazer com que as colaborações acontecessem e ajudaram a evitar a substituição do trabalho na mesma região. Coletivos, como grupos de autoajuda, grupos feministas, grupos de jovens, grupos religiosos assumiram a liderança ao auxiliar migrantes vulneráveis, apesar da ameaça de infecção e outros vários desafios.

Em relação ao financiamento, os entrevistados responderam de forma variada. Alguns mencionaram que as organizações enfrentaram uma enorme redução no financiamento, pois suas fontes também foram afetadas pela pandemia. Por outro lado, algumas organizações viram um aumento no financiamento, pois forjaram novas redes e fontes de recursos durante a pandemia. Outras organizações não notaram mudança significativa nas fontes de renda porque distribuíram responsabilidades. Em um caso, uma conta do Twitter verificada (marca azul) ajudou a dar legitimidade à organização e, portanto, aumentou a confiança, o que gerou um aumento no financiamento.

### **5.2.3 Recomendações para Políticas Públicas**

Ficou claro que a pandemia revelou gaps e falhas que existiam há muito tempo na infraestrutura social da Índia, que se agravou muito durante a pandemia, afetando a maioria dos migrantes nos setores informais e de baixa qualificação. Os esforços do terceiro setor para auxiliar essa população mostraram alguns gaps nas políticas nacionais e estaduais existentes, que devem ser abordados urgentemente para evitar essa crise no futuro.

#### **i. Regularizações e documentação de trabalho**

Como prioridade, a pandemia mostrou evidência inequívoca para o fato de que a informalidade do trabalho deve ser regularizada. Muitos trabalhadores são provenientes de outras partes do país, onde trabalham em grandes cidades e indústrias sem a proteção da devida documentação. Não registrados e não reconhecidos, eles vivem e trabalham efetivamente como cidadãos não documentados em seu próprio país e muitas vezes também incapazes de falar, ler e escrever no idioma local. Assim, eles ficam sem acesso a serviços sociais e em dívida com os empregadores por condições básicas de sobrevivência. Em parte, esse é um problema nas práticas de contratação dos empregadores, que adotam o trabalho informal e sem contrato para que não haja nenhum rastro da força de trabalho migrante – ou alguma forma de proteção. O registro da mão de obra migrante, realizado por meio de políticas que tornam o setor privado e seus agentes responsáveis perante o governo, ajudaria a estabelecer identidades oficiais para todos os migrantes.

As políticas para oferecer documentação também podem ser relacionadas às práticas legislativas e políticas de trabalho que levam a melhores condições para os migrantes. Um fato comprovado repetidamente é que a mão de obra migrante informal tende a trabalhar sem contratos ou proteções de saúde e segurança. Esses trabalhadores costumam morar em favelas, sem acesso a saneamento, água limpa e outros serviços básicos. As organizações do terceiro setor enfatizam a necessidade de uma habitação de boa qualidade, acesso ao cuidado com a saúde e educação para migrantes e seus familiares. Também destacaram as formas nas quais o devido registro dos trabalhadores podem se conectar com as boas práticas por parte de empregadores e o governo para dar dignidade à vida dos trabalhadores migrantes. Uma organização mencionou que, em vez de financiar viagens, alimentos e higienização para migrantes, os governos dos estados relacionados deveriam fornecer alimentos e instalações básicas na própria cidade de trabalho. Dessa forma, poderia ter evitado bastante a propagação da doença e também o caos repentino.

#### **ii. Aumento da comunicação entre governo e OSCs**

A importância das OSCs na combinação do trabalho no campo e no advocacy não pode ser subestimada. Elas agem não apenas em resposta à crise, mas também têm uma base sólida de conhecimento sobre as necessidades, as vulnerabilidades e os riscos enfrentados pelos migrantes, que formam a maioria da mão de obra do país e que também fornecem os principais fluxos de recebimentos quando trabalham no exterior. Os esforços do terceiro setor em responder à crise que surgiu da pandemia comprovam o papel vital que desempenham de forma local, nacional e internacional. As OSCs, em todas as suas diversidades, devem ser reconhecidas como os principais agentes na integração e inclusão de todos os cidadãos na Índia, independentemente da classe social, casta ou religião.



Em relação à colaboração das OSCs com o governo, espera-se que o governo esteja mais próximo das ONGs locais e de base. Há uma necessidade de reconhecimento do trabalho de ONGs locais e da criação de um portal em que as mesmas possam mostrar seu trabalho. Algumas organizações sugerem que o governo pode envolver a sociedade civil na divulgação de medidas de segurança e mitos sobre a vacina da COVID-19. Houve sugestões de indicar treinadores para migrantes e indicar as ONGs para colaborar com bancos e acelerar a liberação rápida de pedidos de empréstimos por migrantes. As OSCs também podem se envolver em pesquisas com profissionais do sexo, pessoas transgêneros, mulheres divorciadas, pessoas idosas e outros grupos vulneráveis para avaliar se eles estão recebendo alimentos e serviços básicos. O terceiro setor deve capacitar as pessoas e pressionar o governo a realizar um trabalho mais eficaz. Como um entrevistado argumentou:



**Nós (OSCs) devemos trabalhar como um catalisador e devemos fazer o trabalho do governo. Nosso trabalho não é substituir o governo, não é fazer coisas que o governo deve fazer. Podemos tomar medidas temporariamente para mostrar para o governo como fazer as coisas melhor. Trazer mudanças em massa é função do governo. Em vez disso, devemos trabalhar com o governo e suas agências para ajudar as pessoas.**

(Representante de uma ONG, Delhi, Índia)

Devem ser formados Órgãos de Aluguel de Imóveis para evitar despejos forçados e as notificações devem ser feitas nas favelas. Os Esquemas de Seguro Social (SSS) precisam ser garantidos para os trabalhadores. A conversa com os participantes deve ocorrer sobre os “dados” dos migrantes. De forma cruzada, as categorias como mulheres solteiras, pessoas transgêneros ou moradores de rua são mais vulneráveis e, portanto, mecanismos de seguro social específicos mostram-se necessários. A este respeito, a ajuda das OSCs deve ser levada em consideração, pois estão atentas ao local. O governo deve formar agências e uma rede com as OSCs para identificar as pessoas vulneráveis.

Alguns entrevistados observaram que deveriam focar na pesquisa e priorizar o trabalho sobre o custo de vida, transporte, custos de moradia e aconselhar o governo sobre como responder. Eles também devem tentar definir um tipo diferente de trabalho em casa. Também observaram que deveriam focar em programas de conscientização e educação de meninas.

### iii. Abordagem de integração do migrante

Com a ajuda do terceiro setor, o governo deve reformular políticas para trabalhadores migrantes de retorno/internacionais. As OSCs podem identificar os trabalhos e setores que terão mais demanda no futuro. O governo deve iniciar um programa de coleta de dados para os trabalhadores migrantes que retornaram durante a pandemia. Suas habilidades, experiência, conhecimento e os planos futuros devem ser registrados nestes dados. O governo deve promover um mecanismo para abordar a questão de trabalhadores migrantes que perderam seu trabalho e oferecer remuneração. Também deve ser fornecido um mecanismo de apoio para a família. Há uma necessidade de desenvolver política para trabalhadores migrantes nos setores baseados nos 23 objetivos consagrados no Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular (2018).

Os migrantes precisam ser integrados de volta às suas fontes de sustento de forma mais humana. A pandemia colocou a situação dos migrantes em primeiro plano. Assim, ironicamente, o respeito pelos migrantes aumentou na pandemia. As pessoas agora valorizam seu trabalho e os consideram cidadãos iguais. Há um reconhecimento do estresse ao qual os migrantes foram submetidos e a necessidade de motivá-los. Um entrevistado sugeriu que os migrantes também devem se esforçar. Por exemplo, eles podem começar pequenos negócios em vilas e se integrarem. Nas vilas, as pessoas que são proprietárias de terras podem ganhar bem, se trabalharem e utilizarem seu tempo e recursos. Mesmo que a pessoa não tenha terreno, poderá cultivar vegetais e ganhar dinheiro. As OSCs também sugerem que os trabalhadores migrantes devam ter acesso a esquemas de trabalho para se sentirem integrados. Uma das organizações sugeriu a organização de campanhas de conscientização para os migrantes sobre os vários problemas para torná-los mais cientes e integrados na sociedade.

### iv. Novas funções e responsabilidades

Sobre os novos programas, muitas organizações continuarão a distribuir alimentos, roupas, remédios, água e absorventes higiênicos para os migrantes. Uma ONG planeja iniciar centros comunitários de bem-estar em vilas, onde as mulheres aprenderão habilidades gratuitamente, como costura, e as crianças serão cuidadas. Outra ONG informou que continuará seu programa de “banco de alimentos” mesmo depois da pandemia. Esta organização também continuará a distribuir medicamentos ayurvédicos e outros para melhorias na saúde. Uma OSC informou que continuará a trabalhar em questões relacionadas às mulheres e conscientização de seus direitos, enquanto outra organização disse que continuará a fornecer oportunidades de sustento para trabalhadores migrantes, como a limpeza do ambiente ou a venda de vegetais, para que possam se sustentar.





## 6. Conclusões

Este estudo focou no papel da sociedade civil na avaliação de migrantes durante a pandemia de COVID-19 em dois grandes países em desenvolvimento, Brasil e Índia. Os dois países têm determinados recursos semelhantes, como vasta geografia, poder industrial e econômico regional e democracias participativas, assim como desigualdades estruturais de longa data. No entanto, o Brasil e a Índia também diferem em termos de dinâmica de mobilidade e suas obrigações com os migrantes e refugiados. Nesta análise multirregional, ficam claras as lacunas entre políticas e práticas existentes há muito tempo, mas que aumentaram significativamente após a eclosão da pandemia e dos subsequentes lockdowns.

É evidente a papel absolutamente vital das OSCs de vários tipos e tamanhos, incluindo organizações de migrantes, no preenchimento deste espaço. Se, antes da pandemia, as OSCs eram geralmente associadas à assistência e ao lobby de grupos minoritários ou marginais, a pandemia também mostrou sua imensa flexibilidade e adaptabilidade face à crise.

Muitas OSCs que se engajaram no trabalho de advocacy transformaram sua atuação, em alguns casos do dia para a noite, para oferecer assistência emergencial. O fornecimento de alimentos, cuidados com a saúde, assistência jurídica, além das necessidades pessoais para pessoas em movimento, como máscaras, higienizadores e outros itens, se tornaram prioridades. Da mesma forma, é uma necessidade imediata orientar, informar, educar e apoiar as pessoas atingidas pela pandemia. O foco básico das OSCs indicou que elas precisaram se reinventar e responder às necessidades de emergência quando seus objetivos estão, de fato, trazendo melhorias estruturais na sociedade. Dessa forma, elas puderam deixar sua marca muito antes dos governos, nacionais e locais.

Não é de se surpreender que as OSCs estejam aproveitando todas as possibilidades para ampliar e aprimorar seu escopo. Essas parcerias reforçam seus locais como uma ponte útil entre os setores públicos e privados.

Esse estudo mostra a necessidade de os governos reconhecerem e apoiarem o trabalho das OSCs no contexto de deslocamento. Elas atuaram como vetores para coesão social face à crise, mas seus esforços de advocacy para evitar essas crises no futuro devem ser atendidos. A pandemia trouxe à tona a imensa capacidade e força multifacetada dessas organizações, as quais podem, de uma só vez, auxiliar, coordenar, colaborar e representar. Assim, a criação de políticas nacionais e internacionais para migrantes e refugiados deve apoiar e envolver a sociedade civil como um principal parceiro nos esforços para inclusão e coesão social.

Embora seja impossível no momento pensar em como será o futuro pós-pandemia no Brasil e na Índia em relação aos migrantes e sua situação, é importante lembrar o incrível alcance, agilidade e relevância das OSCs como parceiras dos governos, de forma nacional e local, de outros agentes não governamentais e dos setores privados. As OSCs são agentes fundamentais na formulação de planos para o futuro. O envolvimento com as OSCs para aprender com sua grande experiência na pandemia e aproveitar seus pontos fortes será fundamental em termos de esforços para auxiliar os migrantes, as comunidades de acolhimento e uma sociedade inclusiva para todos.

## Anexo

### Anexo 1. Local de Atuação e Tipo da Organização Representada por cada Entrevistado

Tabela 1. Entrevistas no Brasil

Região	Cidade (Estado)	Tipo de Organização
Centro-Oeste	Brasília (Distrito Federal)	2 organizações religiosas
	Campo Grande (Mato Grosso do Sul)	1 organização de migrantes
Nordeste	Feira de Santana (Bahia)	1 ONG
	João Pessoa (Paraíba)	2 organizações religiosas
Norte	Boa Vista (Roraima)	1 ONG
	Manaus (Amazonas)	3 organizações religiosas
Sudeste	Belo Horizonte (Minas Gerais)	3 ONGs
	Rio de Janeiro (Rio de Janeiro)	4 organizações religiosas
	São Paulo (São Paulo)	3 organizações de migrantes
Sul	Porto Alegre (Rio Grande do Sul)	2 ONGs 1 organização religiosa 2 organizações de migrantes

Tabela 2. Entrevistas na Índia

Tipo de Migração	Região	Cidade	Tipo de Organização
Migração Interna	Norte	Delhi, Uttar Pradesh & Bihar	11 ONGs 2 organizações de migrantes 3 organizações religiosas
	Sudoeste	Mumbai	2 ONGs
Imigração	Norte	Delhi	1 ONG
	Transnacional	Transnacional	2 organizações de migrantes
Migração de Retorno	Central sul	Hyderabad	1 organização de migrantes
	Sul	Kerala	3 ONGs 2 organizações religiosas

# Anexo 2. Guia para Entrevistas

## Informações sobre os Participantes

- Nome | Pseudônimo
- Organização
- Localização
- Papel ou função na organização
- Tempo de trabalho na organização

## Seção 1 | Desafios enfrentados por migrantes durante a pandemia

- Quais são os principais desafios que populações migrantes e refugiadas enfrentam no Brasil durante (e devido à) pandemia de COVID-19?
- De que maneira a pandemia afetou (afeta) populações migrantes e refugiadas no que diz respeito a suas condições de vida e bem-estar, bem como a sua integração econômica no país (em relação, por exemplo, à empregabilidade, saúde, moradia e outros direitos socioeconômicos)?
- De que modo a pandemia afetou (afeta) populações migrantes e refugiadas no que diz respeito a suas práticas de remessa de dinheiro para o exterior?
- Como esses desafios afetaram (afetam) diferentes grupos em relação a outros eixos de vulnerabilidade, como, por exemplo, idade, orientação sexual, identidade de gênero, status migratório, etnia, incapacidades físicas e/ou psicológicas?
- Como os próprios migrantes têm respondido aos desafios emergentes?

## Seção 2 | Papel das Organizações da Sociedade Civil: Lições e Boas Práticas

- Até que ponto, e de que maneira, a sua organização contribuiu (contribui) para a superação dos desafios identificados anteriormente (na primeira seção da entrevista)?
- Qual tipo de apoio e assistência a sua organização tem disponibilizado para migrantes e refugiados? [novos programas, expansão de antigos programas, flexibilização em regras de acesso, dentre outros]

- Algum gap ainda permanece? Se sim, qual?
- Você consegue identificar algumas políticas ou boas práticas que emergiram em diferentes níveis (nacional, local, estadual) durante a pandemia? [dar dicas relacionadas aos princípios do Pacto Global pela Migração]
- Surgiram novas parcerias entre organizações da sociedade civil, coletivos/grupos liderados por migrantes e outros atores, como atores estatais, a fim de responder às necessidades dos migrantes durante a pandemia? Se sim, quais?
- A pandemia afetou a capacidade da sua organização de alcançar seus objetivos e missões institucionais? Se sim, como?
- Alguma medida tomada internacional ou regionalmente em favor de populações migrantes e refugiadas durante a pandemia impactou as práticas da sua organização no país?

## Seção 3 | Recomendações e Cenário Atual

- Como os governos podem se engajar com o terceiro setor para dar assistência e ampliar a atuação humanitária? Alguma recomendação de política pública nesse sentido?
- Você acha que o cenário atual irá alterar as possibilidades de integração dos migrantes no país? Se sim, de que maneiras?
- Existem algumas formas de atuação, programas e/ou parcerias que a sua organização deverá continuar a promover durante a transição para o período pós-pandemia? Se sim, quais?

# Referências

ACNUR (2021) Conselhos e Comitês para refugiados no Brasil. [online] Available at: <https://www.acnur.org/portugues/acnur-no-brasil/conselhos-e-comites-no-brasil/> [Accessed on 20 March 2021].

ACNUR (2020) Brasil se convierte en el país con el mayor número de refugiados venezolanos reconocidos en América Latina. [online] Available at: <https://www.acnur.org/noticias/press/2020/1/5e34af654/brasil-se-convierte-en-el-pais-con-el-mayor-numero-de-refugiados-venezolanos.html> [Accessed on 19 March 2021].

ACNUR (2020) Brazil Operation: Covid-19 Response. [online] Available at: <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/UNHCR%20Brazil%20COVID-19%20Update%20-%20August%202020.pdf> [Accessed on 19 March 2021].

Acosta, D. (2018). The National versus the Foreigner in South America: 200 Years of Migration and Citizenship Law. Cambridge: Cambridge University Press.

Acosta, D., Vera Espinoza, M. and Brumat, L. (2018) Brazil's Migration Governance: Hidden Actors, the New Law and the 2018 Presidential Elections. Migration Policy Centre (EUI) [Blog] Available at: <https://blogs.eui.eu/migrationpolicycentre/brazils-migration-governance-hidden-actors-new-law-2018-presidential-elections/> [Accessed on 23 Feb. 2021].

Alvim, R. P. (2018). Retrospectiva do Trabalho da Defensoria Pública da União na Defesa dos Direitos dos Migrantes Venezuelanos. In: Jarochinski, J.C.S. and Baeninger, R. (eds.). Migrações Venezuelanas. Campinas: Núcleo de Estudos de População Elza Berquó. pp. 206–216.

Avritzer, L. (2007). Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: da Autorização à Legitimidade da Ação. Dados, 50(3), 443–464.

Baeninger, R. (2018). Governança das Migrações: migrações dirigidas de Venezuelanos e Venezuelanas no Brasil. In: Jarochinski, J.C.S. and Baeninger, R. (eds.). Migrações Venezuelanas. Campinas: Núcleo de Estudos de População Elza Berquó. pp. 135–138.

Baeninger, R. and Peres, R. (2017). Migração de Crise: a migração haitiana para o Brasil. Revista Brasileira De Estudos De População, 34(1), 119-143.

BAL Global (2020) Brazil: COVID-19: Immigration deadlines resume after pandemic suspension. Berry Appleman & Leiden LLP [online] Available at: <https://www.balglobal.com/bal-news/brazil-covid-19-immigration-deadlines-resume-after-pandemic-suspension/> [Accessed on 19 March 2021].

Baviskar, B. S. (2001). NGOs and Civil Society in India. Sociological Bulletin, 1(50), 3-15.

BBC News (2020a) Coronavirus: India enters “total lockdown” after spike in cases. [online] Available at: <https://www.bbc.com/news/world-asia-india-52024239> [Accessed on 19 March 2021].

BBC News (2020b) Coronavirus: Anger as migrants sprayed with disinfectant in India. [online] Available at: <https://www.bbc.com/news/world-asia-india-52093220> [Accessed on 19 March 2021].

Bengochea, J., Cabezas, G., Gandini, L., Herrera, G., Luzes, M., Montiel, C., Prieto, V., Vera Espinoza, M. and Zapata, G.P. (in Press, 2021). COVID-19 y población migrante y refugiada. Análisis de las respuestas político-institucionales en ciudades receptoras de seis países de América Latina. In: Vera, F., Adler, V. and Toro, F. (eds.). Inmigrando: Comprender Ciudades en Transición. Buenos Aires: BID. pp 749-782.

Beteille, A. (1999). Citizenship, State and Civil Society. Economic and Political Weekly, 34(36), 2588-2591.

Bhagat, R. B., R.S., R., Sahoo, H., Roy, A. K. and Govil, D. (2020). The COVID-19, Migration and Livelihood in India: Challenges and Policy Issues. Migration Letters, 17(5), 705–718.

Biswas, N. (2006). On Funding and the NGO Sector. Economic and Political Weekly, 41(42), 4406-4411.

Brazil. (2017). Lei Nº 13.445. Brasília: Presidência da República.

Breman, J. (2008). Footloose Labour: Working in India's Informal Economy. Cambridge: Cambridge University Press.

Brum, E. (2021) Pesquisa revela que Bolsonaro executou uma estratégia institucional de propagação do coronavírus. El País [online] Available at <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-21/pesquisa-revela-que-bolsonaro-executou-uma-estrategia-institucional-de-propagacao-do-virus.html> [Accessed on 19 March 2021].

Campanholo, B.G. (2019). Antes do Refúgio: a história não contada da Cáritas Brasileira (1976-1982). M.A Dissertation, Universidade Federal Fluminense.

Castro, F. R. (2020). A Atuação da Sociedade Civil no Processo Brasileiro de Refúgio. Revista Interdisciplinar Da Mobilidade Humana, 28(58), 147–165.

Cavalcanti, L. and de Oliveira, W.F. (2020). Um panorama da imigração e do refúgio no Brasil: Reflexões à guisa de introdução. In: Cavalcanti, L., Oliveira, T. and Macedo, M. (eds.). Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2020. Série Migrações. Brasília: OBMigra. pp. 8-16.

Chambers, T. (2020). Network, Labour and Migration among Indian Muslim Artisans. London: UCL Press.

Chandhoke, N. (2003) A Critique of the Notion of the Civil Society as the 'Third Space'. In: Tandon, R. and Mohanty, R. Does Civil Society Matter? Governance in Contemporary India. London: Sage Publications. pp. 27-58.



- Chandhoke, N. (2011) Civil Society in India. In: Edwards, M. (eds.). The Oxford Handbook of Civil Society. Oxford: Oxford University Press.
- Chandreashekhar, J. (2018) Ascent of the Third Sector in the Indian Socio-Economic Grid. The CJR Journal [online] Available at: <https://thejournal.in/ascent-third-sector-indian-socio-economic-grid-wide-spectrum-ngos/> [Accessed 4 March 2021].
- Chatterjee, P. (2020) Is India missing COVID-19 deaths? The Lancet, 396(10252), 657.
- Choolayil, A. C. and Putran, L. (2021) Covid-19, the Local and the Global: Lessons from Kerala. South Asia Research, 41(1), 7-21.
- Cornali, F (2021) La pandemia dejó al descubierto la cara más vulnerable de los inmigrantes en Brasil. Agência Anadolu [online] Available at: <https://www.aa.com.tr/es/mundo/la-pandemia-dej%C3%B3-al-descubierto-la-cara-m%C3%A1s-vulnerable-de-los-inmigrantes-en-brasil/1999040> [Accessed on 19 March 2021].
- Couto Soares M.C., Maharajh, R. and Scerri M. (2014). Inequality and Development Challenges: BRICS National Systems of Innovation. London: Routledge.
- Da Silva, S. A. (2013). Brazil, a new Eldorado for Immigrants? The Case of Haitians and the Brazilian Immigration Policy. Urbanities, 3(2), 3–19.
- Dash, S. P. (2001). the State, Civil Society and Democracy: A Note. The Indian Journal of Political Science , 62(2), 241-252.
- De Oliveira, A.T. (2013). Um panorama da Migração Internacional a partir do Censo Demográfico de 2010. Revista Internacional de Mobilidade Humana, 21 (40), 195-210.
- De Oliveira, E. M. M. and Sampaio, C. (2020). Estrangeiro, nunca mais! Migrante como Sujeito de Direito e a Importância do Advocacy pela Nova Lei de Migração Brasileira. São Paulo: Centro de Estudos Migratórios.
- Dey, N. (2020) The role of Civil Society in times of crisis. India Development Review [online] Available at: <https://idronline.org/the-role-of-civil-society-in-times-of-crisis/> [Accessed on 23 Feb. 2021].
- Dhanagare, D. N. (2001). Civil Society, State and Democracy: Contextualizing a Discourse. Sociological Bulletin, 50(2), 167-191.
- EEAS (2020) IOM doctors work in mobile offices in Roraima during the COVID-19 pandemic. [online] Available at [https://eeas.europa.eu/delegations/burkina-faso/79541/iom-doctors-work-mobile-offices-roraima-during-covid-19-pandemic\\_zh-tw](https://eeas.europa.eu/delegations/burkina-faso/79541/iom-doctors-work-mobile-offices-roraima-during-covid-19-pandemic_zh-tw) [Accessed on 19 March 2021].
- EQUIDEM (2019) Uncertain Journeys – Migration from Kerala to the Arab Gulf. [online] Available at: <https://www.equidemresearch.org/news/uncertain-journeys-migration-from-kerala-to-the-arab-gulf/> [Accessed 7 March 2021].
- ET Government (2020) Civil Society: The Third pillar of strength in fight against coronavirus. [online] Available at: <https://government.economictimes.indiatimes.com/news/governance/civil-society-the-third-pillar-of-strength-in-fight-against-coronavirus/75642349> [Accessed on 10 March 2021].
- Ethiraj, G. (2020) Is Kerala ready for a wave of counter migrants? Indiaspend [online] Available at: <https://www.indiaspend.com/is-kerala-ready-for-a-wave-of-counter-migrants/> [Accessed on 14 Feb. 2021].
- Fernandes, D. (2015). O Brasil e a Migração Internacional no Século XXI – Notas introdutórias. In: do Prado, E. and Coelho, R. (eds.). Migrações e Trabalho. Brasília: Ministério Público do trabalho.
- Fernandes, D. and de Faria, A. V. (2017). O Visto Humanitário como Resposta ao Pedido de Refúgio dos Haitianos. Revista Brasileira de Estudos de População, 34(1), 145–161.
- Fischel, J. H. de A. and Marcolini, A. (2002). A Política Brasileira de Proteção e de Reassentamento de Refugiados: Breves Comentários sobre suas Principais Características. Revista Brasileira de Política, 45(1), 168-176.
- Formici, G. (2019). The Role of the BRICS Group in the International Arena: A Legal Network under Construction. Third World Thematics: A TWQ Journal, 4(6), 459–74.
- Ganguly, S. (2020) India's coronavirus pandemic shines a light on the curse of caste. The Conversation [online]. Available at: <http://theconversation.com/indias-coronavirus-pandemic-shines-a-light-on-the-curse-of-caste-139550>. [Accessed on 19 March 2021].
- Geddes A. and Vera Espinoza, M. (2018). Framing Understandings of International Migration: How Governance Actors Make Sense of Migration in Europe and South America. In: Margheritis, A. (ed.). Shaping Migration between Europe and Latin America. New Approaches and Challenges. London: ILAS publications. pp. 27-50.
- Government of India (2020) Vande Bharat Mission. Phase 1. [online] Available at: <https://www.mea.gov.in/phase-1.html> [Accessed on 18 March 2021].
- Governo do Brasil (2020) Coronavírus: conheça as medidas do Ministério da Justiça e Segurança Pública. [online] Available at: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/justica-e-seguranca/2020/03/medidas-do-ministerio-da-justica-e-seguranca-publica-para-combater-o-coronavirus> [Accessed on 19 March 2021].
- Governo do Estado do Amazonas (2020) Programa de Redução de Desperdício arrecada 1.100 quilos de alimentos nas feiras da Manaus Moderna e da Banana. [online] Available at: <http://www.amazonas.am.gov.br/2020/03/programa-de-reducao-de-desperdicio-arrecada-1-100-quilos-de-alimentos-nas-feiras-da-manau-moderna-e-da-banana/> [Accessed on 19 March 2021].
- Governo do Estado de São Paulo (2020) CIC do Imigrante entrega 200 cestas básicas e milhares de máscaras e álcool em gel. [online] Available at: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/cic-do-imigrante-entrega-200-cestas-basicas-e-milhares-de-mascaras-e-alcool-em-gel/> [Accessed on 19 March 2021].
- Goyal, P. 2020. The Epidemic Diseases Act, 1897 Needs An Urgent Overhaul. EPW Engage, 55(45).
- Guadagno, L. (2020). Migrants and the COVID-19 Pandemic: An Initial Analysis. Geneva: International Organization for Migration.
- Haokip, T. (2021). From “Chinky” to “Coronavirus”: racism against Northeast Indians during the Covid-19 pandemic. Asian Ethnicity, 22(2), 353–373.
- Huguene, V. and Godinho, L.F. (2021) COVID-19: ACNUR y sus socios apoyan a refugiados y comunidades de acogida en Brasil. ACNUR [online]. Available at: <https://www.acnur.org/noticias/noticia/2020/3/5e7c54484/covid-19-acnur-y-sus-socios-apoyan-a-refugiados-y-comunidades-de-acogida.html#> [Accessed on 19 March 2021].
- Human Rights Watch (n.d) Kafala System. [online] Available at: <https://www.hrw.org/tag/kafala-system#,%20https://www.cfr.org/backgrounder/what-kafala-system> [Accessed on 3 March 2021]
- IBGE. (2021). Projeção da população. [online] Available at: [https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/box\\_popclock.php](https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/box_popclock.php) [Accessed on 19 March 2021].
- IBSA - Trilateral (2020) About IBSA. [online] Available at: <http://www.ibsa-trilateral.org/> [Accessed on 23 Feb. 2021].
- Inamdar, N. (2020) Coronavirus lockdown: India jobless numbers cross 120 million in April. BBC News [online] Available at: <https://www.bbc.com/news/world-asia-india-52559324> [Accessed on 19 March 2021].
- IOM (2019). IOM Handbook on Protection and Assistance for Migrants Vulnerable to Violence, exploitation and abuse. Geneva: International Organisation for Migration.
- Jarochinski, J. C. Jubilit, L. L. and Velásquez, M. Z. P. (2020). Proteção Humanitária no Brasil e a Nova Lei de Migrações. In: Ramos, A., Vedovato, L. and Baeninger, R. (eds.). Nova Lei da Migração no Brasil: primeiros três anos. Campinas: Núcleo de Estudos de População Elza Berquó. pp. 47–66.
- Jatobá, D. and Martuscelli, P. N. (2018). Brazil as a leader in the Latin American Refugees’ Regime. The Journal of International Relations, 4(1), 1–28.
- Jubilit, L. L. (2006). Refugee Law and Protection in Brazil: a Model in South America? Journal of Refugee Studies, 19(1), 22-44.
- Jubilit, L. L., and Apolinário, S. M. de O. (2008). Refugee Status Determination in Brazil a Tripartite Enterprise. Refuge, 25(2), 29–40.
- Karasapan, O. (2020) Pandemic highlights the vulnerability of migrant workers in the Middle East. Brookings [online] Available at: <https://www.brookings.edu/blog/future-development/2020/09/17/pandemic-highlights-the-vulnerability-of-migrant-workers-in-the-middle-east/> [Accessed on 5 March 2021].
- Keshri, K. and Bhagat, R. B. (2010). Temporary and Seasonal Migration in India . Genus, 3(66), 25-45.
- Kikon, D. (2020) The Long way Home: Tribulations of Migrants from Northeast India. Australia India Institute [online] Available at: <https://www.aii.unimelb.edu.au/blog/covid-19-and-india/the-long-way-home-tribulations-of-migrants-from-northeast-india/> [Accessed on 5 March 2021].
- Khadria, B. (2020) COVID-19: Why are migrant workers so desperate to move out?, Down to Earth [online] Available at <https://www.downtoearth.org.in/blog/urbanisation/covid-19-why-are-the-migrant-workers-so-desperate-to-move-out-70482> [Accessed 15 March 2021].
- Kode, D. and Jacob, M. (2017). India: Democracy Threatened by Growing Attacks on Civil Society. Delhi: CIVICUS.
- Korobkov A. V. (2015). BRICS Members and the Migration Challenges. Tractus Aevorum, (2)2, 190-203.
- Leivon, J., Deb, D. and Agarwala, T. (2020) Behind Northeast's Covid-19 surge, stranded migrants returning home. The Indian Express [online] Available at: <https://indianexpress.com/article/north-east-india/behind-northeast-covid-19-surge-stranded-migrants-returning-home-6457181/> [Accessed on 19 March 2021].
- Lesser, S. and Wejsa, J. (2018) Migration in Brazil: The Making of a Multicultural Society. Migration Policy Institute [online] Available at: <https://www.migrationpolicy.org/article/migration-brazil-making-multicultural-society> [Accessed on 3 March 2021].
- Lotta, G., Fernandez, M., Ventura, D., Rached H.D., Amorim, M., Barberia, L. G., Moraes De Sousa, T. and Wenham, C. (2020) Who Is Responsible for Brazil's COVID-19 Catastrophe? LSE Latin America and Caribbean Blog [Blog] Available at: <https://blogs.lse.ac.uk/latamcaribbean/2020/11/13/who-is-responsible-for-brazils-covid-19-catastrophe/> [Accessed on 24 Feb. 2021].
- Machado, I. J. de R. (2020). Securitization (Re)Turn: Analysis of the New Brazilian Migration Laws (2016-2019). Middle Atlantic Review of Latin American Studies, 4(2), 213-214.
- Mamed, L. H. (2016). Haitianos na Amazônia: a Morfologia da Imigração Haitiana pelo Acre e o Horizonte de Inserção Precarizada no Brasil. Ruris, 10(1), 73–11.
- Maraa, Media and Arts Collective (2020). Behind the Metro Pillars. [online] Available at: [https://www.maraa.in/wp-content/uploads/2020/04/behind-the-metro-pillars\\_final.pdf](https://www.maraa.in/wp-content/uploads/2020/04/behind-the-metro-pillars_final.pdf) [Accessed on 24 Feb. 2021].
- Margolis, M. (2013). Goodbye, Brazil: emigrantes brasileiros no mundo. São Paulo: Editora Contexto.
- Martuscelli, P. N. (2020). Fighting for Family Reunification: the Congolese Experience in São Paulo, Brazil. Journal of Refugee Studies, 0(00), 1–24.
- Mehrotra, S. (2019). Informal Employment Trends in the Indian Economy: Persistent Informality, but growing positive development. Geneva: Employment Policy Department, ILO.

Milesi, R. and Coury, P. (2018). Acolhida, Proteção e Integração de Venezuelanos no Brasil : a Atuação do Instituto Migrações e Direitos Humanos. In: Jarochinski, J. C. S. and Baeninger, R. Migrações Venezuelanas. Campinas: Núcleo de Estudos de População Elza Berquó. pp. 72–77.

Milesi, R., Coury, P. and Rovey, J. (2018). Migração Venezuelana ao Brasil: discurso político e xenofobia no contexto atual. *Aedos*, 10(22), 53–70.

Milesi, R. and de Andrade, W. C. (2017). Fazendo Memória do Processo de Construção da Lei de Refugiados no Brasil. *Refúgio, Migrações e Cidadania*, 12(12), 47-75.

Ministério da Justiça (2021) Comitês Estaduais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. [online] Available at <https://www.novo.justica.gov.br/sua-protecao-2/trafico-de-pessoas/redes-de-enfrentamento/comites-1> [Accessed on 24 March 2021].

Mohan, S. (2002). Role and Relevance of Civil Society Organizations. *The Indian Journal of Political Science*, 63(2/3), 193-211.

Mohanty, S. (2020). From communal violence to lockdown: hunger emergency responses by civil society networks in Delhi. *Oxfam [blog]* Available at: <https://oxfamblogs.org/fp2p/from-communal-violence-to-lockdown-hunger-emergency-responses-by-civil-society-networks-in-delhi/> [Accessed on 23 Feb. 2021].

Moreira, J. B. (2010). Redemocratização e direitos humanos: a política para refugiados no Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 53(1), 111–129.

Moulin C. and Magalhaes, B. 2020. Operation shelter as humanitarian infrastructure: material and normative renderings of Venezuelan migration in Brazil. *Citizenship Studies*, 24 (5), 642-662.

Moulin, C. (2012). Ungrateful subjects? Refugee protests and the logic of gratitude. In: Nyers, P. and Rygiel, K. (eds.). *Citizenship, Migrant Activism and the Politics of Movement*. London: Routledge. pp. 54-72.

Murshid, N. (2016). Assam and the Foreigner Within. *Asian Survey*, 56(3), 581-604.

Nair, P. (2020) India's internal migrants are citizens too: the Government Must Protect them, *The Conversation*, June 15th 2020 [online] Available at: <https://theconversation.com/indias-internal-migrants-are-citizens-too-the-government-must-protect-them-140295> [Accessed on 1 April 2021].

Nair, P. and Vera Espinoza, M. (2021) Migration, Pandemic and Responses from the Third Sector. *Global Policy Institute [blog]* Available at: <https://www.qmul.ac.uk/gpi/news-and-events/news/migration-pandemic-and-responses-from-the-third-sector--lessons-from-brazil-and-india.html> [Accessed on 21 February 2021].

OIM (2020) A pesar de la pandemia, la reubicación y asistencia brindada a venezolanos en Brasil no se detiene. *SPIC, Brasil* [online] Available at: <https://www.iom.int/es/news/pesar-de-la-pandemia-la-reubicacion-y-asistencia-brindada-venezolanos-en-brasil-no-se-detiene> [Accessed on 19 March 2021].

Oommen, T. K. (2001). Civil Society: Religion, Caste and Language. *Sociological Bulletin*, 50(2), 219-235.

PAHO (2017) Brazil. [online] Available at: <https://www.paho.org/salud-en-las-americas-2017/?p=4246> [Accessed on 19 March 2021].

Pannunzio, E. (2013). Pautas para o aperfeiçoamento do fomento público às OSCs no Brasil. In: Mendonça, P. M. E., Alves, M.A. and Nogueira, F. do A. (eds.). *Arquitetura Institucional de Apoio às Organizações da Sociedade Civil no Brasil*. São Paulo: FGV. pp 167-179.

Patel, C. (2020) COVID-19: The Hidden Majority in India's Migration Crisis. *Chatham House* [online] Available at: <https://www.chathamhouse.org/2020/07/covid-19-hidden-majority-indias-migration-crisis> [Accessed on: 19 March 2021].

Pethiyagoda, K. (2017) Supporting Indian workers in the Gulf: What Delhi can do. *Brookings* [online] Available at: <https://www.brookings.edu/research/supporting-indian-workers-in-the-gulf-what-delhi-can-do/> [Accessed on 9 March 2021].

Prefeitura de São Paulo (2021) Conselho Municipal de Imigrantes. [online] Available at: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos\\_humanos/imigrantes\\_e\\_trabalho\\_decente/conselho\\_municipal\\_de\\_imigrantes/index.php](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/imigrantes_e_trabalho_decente/conselho_municipal_de_imigrantes/index.php) [Accessed on 30 March 2021].

Press Information Bureau of India (2020) PM addresses nation on combating COVID-19. Prime Minister's office [online] Available at: <https://pib.gov.in/Pressreleaseshare.aspx?PRID=1607248> [Accessed on 18 March 2021].

PRIA and VANI. (2020). *Response of Indian Civil Society Towards COVID-19*. Delhi: PRIA and VANI.

Rajan, I., Sivakumar, P. and Srinivasan, A. (2020). The COVID-19 Pandemic and Internal Labour Migration in India: A Crisis of Mobility. *The Indian Journal of Labour Economics*, 63(4), 1021–1039.

Ramachandran, B. (2020) Where India's government has failed in the pandemic its people have stepped in. *The Guardian* [online] Available at: <https://www.theguardian.com/global-development/commentisfree/2020/may/05/where-indias-government-has-failed-in-the-pandemic-its-people-have-stepped-in-coronavirus> [Accessed on 23 Feb. 2021].

Rao, N., Narain, N., Chakraborty, S., Bhanjdeo, A. and Pattnaik, A. (2020). Destinations Matter: Social Policy and Migrant Workers in the Times of Covid. *The European Journal of Development Research*, 32(5), 1639–1661.

Rastogi, N. and Wu, A. M. (2020) Indian civil society sidelined in a pandemic. *East Asia Forum* [online] Available at: <https://www.eastasiaforum.org/2020/10/30/indian-civil-society-sidelined-in-a-pandemic/> [Accessed on 14 Feb. 2021].

Rawat, M. (2020) In 13 states NGOs fed more people that government during coronavirus lockdown. *India Today* [online] Available at: <https://www.indiatoday.in/india/story/in-13-states-ngos-fed-more-people-than-govt-during-coronavirus-lockdown-1665111-2020-04-09> [Accessed on 14 Feb. 2021].

Reid, D. (2020) India confirms its first coronavirus case. *CNBC* [online] Available at: <https://www.cnb.com/2020/01/30/india-confirms-first-case-of-the-coronavirus.html> [Accessed on 5 March 2021].

Rocha, E. (2008). A Constituição Cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios. In: Vaz, F. T., Musse, J. S. and dos Santos, R. F. (eds.). *20 Anos da Constituição Cidadã*. Brasília: Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. pp. 131–148.

Rustagi N & Wu, A.M. (2020) Indian Civil Society sidelined in a pandemic. *East Asia Forum* [online] Available at: <https://www.eastasiaforum.org/2020/10/30/indian-civil-society-sidelined-in-a-pandemic/> [Accessed 3 March 2021].

Sahoo, A. K. (2015). *Diaspora, Development and Distress: Indians in the Persian Gulf*. Jaipur: Rawat Publications.

Sahoo, S. (2013). *Civil Society and Democratization in India*. London: Routledge.

Salle, V. S. K. (2020) COVID-19 crisis: Uncertainty ahead for migrant workers. *EastMojo* [online] Available at: <https://www.eastmojo.com/news/2020/05/31/covid-19-crisis-uncertainty-ahead-for-migrant-workers/> [Accessed on 5 March 2021].

Shah, G. (2019). *Democracy, Civil Society and Governance*. New Delhi: Sage Publications.

Sharma, I. (2020) COVID-19 and Political Unrest in Northeast India. *ACLEDDATA* [online] Available at: <https://acleddata.com/2020/10/26/covid-19-and-political-unrest-in-northeast-india/> [Accessed on 19 March 2021].

Singha, K. (2018). Migration, Ethnicity-based Movements and State's Response: A Study of Assam. *International Studies*, 55(1), 41-60.

Sircar, J. (2020) A Long Look at Exactly Why and How India Failed Its Migrant Workers. *The Wire* [Blog] Available at: <https://thewire.in/labour/lockdown-migrant-workers-policy-analysis> [Accessed on 24 Feb. 2021].

Sitlhou, M. (2020) Coronavirus in the UAE: Migrant workers from northeast India desperate to get home. *Middle East Eye* [online] Available at: <http://www.middleeasteye.net/fr/node/175451> [Accessed on 19 March 2021].

Srivastava, S.S. and Tandon, R. (2005). How Large is India's Non-Profit Sector? *Economic and Political Weekly*, 40 (19), 1948-1952.

Statista Research Department (2020) Internal migrant population share in India 2001-2011 by type. [online] Available at: <https://www.statista.com/statistics/1111480/india-internal-migrant-population-share/#statisticContainer> [Accessed on 9 March 2021].

Suresh R. and James J, R. (2020). Migrant Workers at Crossroads-The Covid-19 Pandemic and the Migrant Experience in India. *Soc Work Public Health*, 35(7), 633-643.

The Hindu (2020) COVID-19 lockdown: Migrant workers from Northeast feeling insecure to return to workplace, says AIMO. *The hindu* [online] Available at: <https://www.thehindu.com/news/national/other-states/covid-19-lockdown-migrant-workers-from-northeast-feeling-insecure-to-return-to-workplace-says-aimo/article31299595.ece> [Accessed on 5 March 2021].

The Lancet (2020) COVID-19 in India: the dangers of false optimism. *The Lancet* [online]. Available at: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)32001-8/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)32001-8/fulltext) [Accessed on 5 March 2021].

The Wire (2020) Centre Says It Has No Data on How Many Migrant Workers Died in the COVID-19 Lockdown. *The Wire* [online] Available at: <https://thewire.in/rights/centre-lok-sabha-migrant-worker-death-data> [Accessed on 19 March 2021].

Turner, C. (2018). *India Moving: A History of Migration*. New Delhi: Penguin.

UNDESA. (2020). *World Social Report 2020: Inequality in a Rapidly Changing World*. New York: United Nations

UNHCR (2017) Migrants in Vulnerable Situations – UNHCR perspective. [online] Available at: <https://www.refworld.org/docid/596787174.html> [Accessed on 22 Feb. 2021].

Upadhyay, V. (2008). Ethnic Polarisation And Human Security: The Case Of Migrants In Northeast India. *World Affairs: The Journal of International Issues*, 12(1), 152-174.

Vera Espinoza, M., Prieto, V., Zapata, G., Gandini, L., Herrera, G., Reguera, A., Lopez, S., Zamora, C., Montiel, C., Cabezas, G. and Paella, I. (forthcoming). *Migrants and Refugees in Latin America during COVID-19: An Inclusion/Exclusion Spectrum of Social Protection*. *Comparative Migration Studies*.

Vera Espinoza, M., Zapata, G. Gandini, L. (2020) Mobility in Immobility: Latin American Migrants Trapped amid COVID-19. *Open Democracy* [Blog] Available at: <https://www.opendemocracy.net/en/democraciaabierta/mobility-immobility-latin-american-migrants-trapped-amid-covid-19/> [Accessed on 19 Feb. 2021].

Vera Espinoza, M. (2018). *The Politics of Resettlement: Expectations and Unfulfilled Promises in Chile and Brazil*. In: Garnier, A., Jubilit, L. L. and Sandvik, K. B. (eds.). *Refugee Resettlement*. Oxford: Berghahn Books. pp. 223-243.

Vera Espinoza, M., (2018) The Limits and Opportunities of Regional Solidarity: Exploring Refugee Resettlement in Brazil and Chile. *Global Policy*, 9(1), 85-94.



Véran, J. F., Noal, D. and Fainstat, T. (2014). Nem Refugiados, nem Migrantes: A Chegada dos Haitianos à Cidade de Tabatinga (Amazonas). *Dados*, 57(4), 1007–1041.

Vinod, M. J. (2006). The Changing Dimensions of Civil Society in the Twenty-First Century: Theory Versus Reality. *The Indian Journal of Political Science*, 67(4), 783-792.

Waltrick, A. (2019) Letter to António Guterres. [online] Available: [https://ungc-production.s3.us-west-2.amazonaws.com/commitment\\_letters/137611/original/Global\\_Pact\\_-\\_SPIC\\_Brasil.pdf?1570827115](https://ungc-production.s3.us-west-2.amazonaws.com/commitment_letters/137611/original/Global_Pact_-_SPIC_Brasil.pdf?1570827115) [Accessed on 19 March 2021].

Weiner, M. (1983). The Political Demography of Assam's Anti-Immigrant Movement. *Population and Development Review*, 9(2), 279-292.

Wejsa, S. and Lesser, J. (2018) Migration in Brazil: The Making of a Multicultural Society. Migration Policy Institute [online] Available at: <https://www.migrationpolicy.org/article/migration-brazil-making-multicultural-society> [Accessed on 19 March 2021].

WHO (2021) Global Brazil, Brazil: WHO Coronavirus Disease (COVID-19) Dashboard. [online] Available at: <https://covid19.who.int/region/amro/country/br> [Accessed on 19 March 2021].

Wordometer (2021) India Coronavirus: 11,514,331 Cases and 159,405 Deaths. [online] Available at: <https://www.worldometers.info/coronavirus/country/india/> [Accessed on 19 March 2021].

World Bank (2020) COVID-19 Crisis Through a Migration Lens. [online] Available at: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/33634> [Accessed on 21 Feb. 2021].

Yasir, S. (2020) India's Covid-19 Death Toll Passes 100,000. *The New York Times* [online] Available at: <https://www.nytimes.com/2020/10/03/world/asia/india-coronavirus-deaths.html> [Accessed on 5 March 2021].

Youngs, E. (2020). Introduction. In: Youngs, E. (ed.). *Global Civil Society in the Shadow of Coronavirus*. Washington: Carnegie Endowment for International Peace.

Zapata, G. P. and Tapia, V. (forthcoming). Progressive Legislation but Lukewarm Policies: The Brazilian Response to Venezuelan Displacement. *International Migration*.

Zapata, G. P. and Fazito, D. (2018). Comentário: o significado da nova lei de migração 13.445/17 no contexto histórico da mobilidade humana no Brasil. *Revista Da Universidade Federal de Minas Gerais*, 25(1 e 2), 224–237.

Zapata, G. P. and Prieto Rosas, V. (2020). Structural and Contingent Inequalities: The Impact of COVID 19 on Migrant and Refugee Populations in South America. *Bulletin of Latin American Research*, 39 (1), 16–22.

Zortea, G. (2017). Benefício de Prestação Continuada – BPC em Favor de Imigrantes Residentes no País. In: Jarochinski, J. C. S. and Baeninger, R. (eds.). *Refúgio, Migrações e Cidadania*. São Paulo: Instituto Migrações e Direitos Humanos. pp. 47–74

Prof Parvati Nair,  
School of Languages, Linguistics and Film  
email: [p.nair@qmul.ac.uk](mailto:p.nair@qmul.ac.uk)

Dr Marcia Vera Espinoza,  
School of Geography  
email: [m.vera-espinoza@qmul.ac.uk](mailto:m.vera-espinoza@qmul.ac.uk)

 @qmul

 @qmul

 officialqmul

[qmul.ac.uk/gpi](http://qmul.ac.uk/gpi)

---